



Setembro 2025

MOÇAMBIQUE

**A Luta contra o Terrorismo, a
Liberdade e a Justiça Socioeconómica**

Parte II

Luis Nhachote



CONTENT

<i>Resumo</i>	3
<i>Introdução</i>	4
<i>O Conclave Makonde</i>	7
<i>A Ameaça Terrorista e a Resposta do Governo</i>	10
<i>Interesses Económicos</i>	21
<i>Análise das Leis Antiterrorismo</i>	24
<i>Conclusão</i>	32



RESUMO

A guerra contra o terrorismo em Moçambique tem sido travada em simultâneo com a guerra contra a liberdade e a democracia. A situação em Cabo Delgado tem servido como uma plataforma para securitizar a administração e a forma de governar o país.

Serviu durante o mandato do Presidente Filipe Nyusi (2015-2024) como uma plataforma de expansão dos variados interesses económicos que se solidificaram à volta da elite étnica Makonde no poder e de terceiros, em particular a França e o Ruanda. Essa mesma elite usou a guerra como um escudo contra a liberdade de informação e de imprensa. Por outro lado, expandiu as fragilidades políticas, fraturas sociais e o défice democrático do país. Internamente, dentro do partido no poder a FRELIMO, serviu para pressionar e silenciar vozes contestatárias ao desgoverno do país. Matou o debate interno e afirmou a autocracia tribal com o controlo total das Forças de Defesa e Segurança (FDS) pela tribo do presidente Filipe Jacinto Nyusi, os *Makonde*. Apesar da cosmética composição dos pelouros da defesa, inteligência e interior, na era Nyusi quem controlava os dossiers e quase sempre à revelia dos seus incumbentes e com os seus companheiros no que passou a ser chamado de *Conclave Makonde*. Esta repressão e a desgovernação podem piorar durante a presidência de Daniel Chapo.

Desde as eleições de 9 de outubro de 2024 que Moçambique vive numa situação de crise política no país que já resultou em cerca de 350 mortos (algumas estatísticas

indicam mais de 400).¹ As manifestações com índices e inusitadas formas de violência (violência urbana, policial, desobediência civil, desordem pública, saques e ação localizada de grupos paramilitares) deixaram, além do rasto de mortes e milhares de feridos, várias infraestruturas destruídas e um pesado impacto nas economias vizinhas.² Neste conflito latente e de baixa intensidade que persiste no país as forças de segurança têm sido usadas para reprimir manifestações, criando um contexto securitário em que a oposição também foi equacionada com terroristas urbanos.

A célebre expressão de Ésquilo (525 - 456 a.C.) “*Na guerra a primeira vítima é a verdade*” assenta perfeitamente no conflito que desde outubro de 2017 grassa a província de Cabo Delgado. Nota-se do lado estatal um enorme esforço de omitir factos que despontam das dimensões desta guerra, como por exemplo a continuidade do tráfico de minerais, da droga e de espécies proibidas. Este relatório explica e analisa os contextos da violência extremista em Cabo Delgado e da reação do Estado pelas suas instituições de defesa e segurança. Analisa brevemente as ondas concêntricas desta violência conjugada sobre as liberdades constitucionalmente consagradas e sobre a atividade jornalística em específico.

1 Notícias ao Minuto. “Moçambique. ONG eleva a 361 total de mortos nos protestos pós-eleitorais.” 18 de março de 2025. <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/2749532/mocambique-ong-eleva-a-361-total-de-mortos-nos-protestos-pos-eleitorais>

2 RTP/Lusa. “Hotéis e restaurantes os mais afetados pela tensão pós-eleitoral em Moçambique.” Via Notícias ao Minuto, 24 de fevereiro de 2025; RTP/Lusa. “Manifestações pós-eleitorais em Moçambique afetaram quase mil empresas e 17 mil empregos.” Notícias ao Minuto, 2025; Notícias ao Minuto/Lusa. “Moçambique. Prejuízos de 456 milhões e desempregados após protestos.” 9 de abril de 2025.

INTRODUÇÃO

Desde 2017, Moçambique vive uma situação de instabilidade marcada por ataques terroristas. Embora inicialmente confinados à faixa norte e costeira da província de Cabo Delgado, estes ataques estendem-se às províncias de Nampula e Niassa, pela complexidade e pela necessidade da própria ação subversiva.

Em 2018 foi aprovada a primeira lei contra o terrorismo, que deu pouco respaldo à capacidade nacional de reagir a esta ameaça. A resposta inicial, de caráter essencialmente policial, subestimou a gravidade do problema. O triunfalismo estatal prejudicou a abordagem governamental e complicou toda a intervenção subsequente. Neste contexto para conter e eliminar a ameaça terrorista, o Estado moçambicano recorreu em 2019 ao grupo militar privado (*pmc*) russo Wagner Group, que se retirou após forte interferência do então comandante-geral da polícia, o Inspetor-Comissário Bernardino Rafael (da etnia Makonde). Esta situação obrigou o Estado a recorrer ao apoio do governo ruandês, que mobilizou militares e polícias para conter o avanço terrorista, já então com controlo sobre a vila de Mocímboa da Praia. As interferências nas estratégias de combate ao terrorismo revelam a existência de inúmeros interesses económicos em jogo. Enquanto estes interesses não forem desmantelados, o conflito poderá continuar a expandir-se, enraizar-se nas comunidades locais e até alastrar-se a outras regiões do país. Existe igualmente o risco de contaminação da vizinha Tanzânia, com potenciais ligações aos resquícios da insurgência islâmica na Tanzânia, no Quênia e à problemática somali.

Em Moçambique, o terrorismo é apenas um dos fatores de insegurança, somando-se à criminalidade organizada, caracterizada por raptos, narcotráfico sistémico e alegada convivência de setores das forças de defesa e segurança. O quadro agrava-se ainda com a corrupção institucional, entre outras situações que têm contribuído para a corrosão do Estado.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que governa há cinco décadas, tem vindo a fragmentar-se ideologicamente e organizacionalmente, o que se reflete na diminuição da sua capacidade de controlar as instituições – sobretudo as de segurança –, usadas cada vez mais para reprimir a sociedade. As eleições funcionam como instrumentos de legitimação internacional da FRELIMO, mas têm sido crescentemente contestadas tanto ao nível interno como externo. Para grupos que procuram governar em nome da FRELIMO, a guerra em Cabo Delgado tem servido para desconstruir estruturas democráticas e fortalecer alianças internas e externas, consolidando poder. Assim, a FRELIMO criou um quadro propício a desmandos institucionais e à captura do Estado e das suas instituições políticas e económicas para servir interesses particulares, sob a capa de um Estado legítimo e reconhecido.

A situação em Cabo Delgado tem funcionado como uma plataforma para a securitização da governação do país. Durante o mandato do Presidente Filipe Nyusi (2015-2024), serviu como um veículo para a expansão de diversos interesses económicos, solidificados em torno da elite Makonde no poder e de aliados externos, em particular França e Ruanda. Essa elite utilizou a guerra como escudo contra a liberdade de informação e de imprensa, ao mesmo tempo que aprofundou fragilidades políticas, fraturas sociais e o défice democrático. Internamente, a guerra serviu para pressionar e silenciar vozes contestatárias dentro do próprio partido, bloqueando o debate e reforçando uma autocracia de base tribal, sustentada pelo controlo total

das Forças de Defesa e Segurança pelos *Makonde*, grupo étnico do então Presidente Filipe Jacinto Nyusi. Apesar da cosmética composição dos pelouros da Defesa, da Inteligência e do Interior, o controlo efetivo dos dossiers era frequentemente exercido à revelia dos seus incumbentes, através do chamado *Conclave Makonde*. A repressão e a desgovernação correm o risco de se agravar durante a presidência de Daniel Chapo.

Após as eleições de 9 de outubro de 2024, Moçambique mergulhou numa crise política sem precedentes, que resultou em cerca de 350 mortos (algumas estatísticas indicam mais de 400). As manifestações, marcadas por formas inusitadas de violência – urbana, policial, desobediência civil, desordem pública, saques e ações localizadas de grupos paramilitares – deixaram um rasto de mortes, milhares de feridos, diversas infraestruturas destruídas e um pesado impacto nas economias vizinhas, incluindo Essuatíni, África do Sul, Botswana, Zimbabué, Malawi e Zâmbia.

Os resultados iniciais das eleições atribuíram uma vitória esmagadora à FRELIMO com 65% dos votos, mas foram amplamente contestados, com inúmeros relatos de irregularidades.³ A oposição, a sociedade civil e a imprensa denunciaram seis grandes tendências de fraudes: listas eleitorais imprecisas, com nomes em falta e eleitores fantasmas; boletins de voto falsos, em que

os partidos apareciam classificados de forma diferente em diferentes boletins de voto; exclusão de delegados da oposição nas assembleias de voto; enchimento de urnas; intimidação de eleitores; e contagem opaca dos resultados.⁴ Em várias províncias, os cadernos eleitorais registavam um número de eleitores superior ao da população em idade de votar, de acordo com o recenseamento nacional. Embora as disputas pós-eleitorais não sejam novidade no país, a contestação desta vez revelou maior intensidade, sustentação e abrangência. Os protestos, convocados pelo candidato presidencial independente Venâncio Mondlane, do partido PODEMOS, tiveram ampla adesão em várias cidades, incluindo Nampula (e em diversos distritos da província nortenha), e nas cidades de Maputo, Matola, Boane e Ressano Garcia.

Durante esta crise política (2024-25), o chefe da polícia, Bernardino Rafael – com ligações diretas ao Presidente Nyusi – atuou de forma autoritária. A 9 de novembro de 2024, o Comandante-Geral da Polícia declarou: “os protestos pacíficos evoluíram para manifestações violentas e se revelaram “terrorismo urbano”.⁵ Segundo relatos de manifestantes e da população local, as tropas ruandesas foram alegadamente utilizadas nesta repressão.⁶ A ação da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e da Polícia de Proteção foi marcada por provocações e violência, em claro desvio da conduta republicana prevista na lei.

3 The Guardian, ‘Mozambique’s top court confirms election result after months of protest’, 23 de Dezembro de 2024; AP News, ‘Mozambique court upholds the governing party’s presidential election victory as protests flare again’, 23 de dezembro de 2024.

4 AP News. “Mozambique court upholds the governing party’s presidential election victory as protests flare again.” 23 de dezembro de 2024. <https://www.cipmoz.org/2024/02/19/25-anos-de-fraude-eleitoral-prottegida-pelo-secretismo-2/>

5 Rafael, Bernardino. “A retórica do comandante Bernardino: manifestantes como ‘terroristas urbanos’.” RTP África. <https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/mocambique-comandante-da-policia-diz-que-basta-de-violencia-e-compara-manifestantes-com-terroristas/>

6 Nunca foi provado com evidências irrefutáveis. A UIR é uma tropa de elite e tem parâmetros de recrutamento acima do padrão. É normal ter homens com altura acima da média. Entre os 1.80m e 1.90m idêntico ao fenótipo do corpo ruandês da RDF (*Rwandan Defense Force*) e RNP (*Rwandan National Police*). Para descrédito do Estado importava dar esta imagem num contexto de significativa contestação induzindo a ideia de incapacidade do Estado de controlar as manifestações sem apoio do Ruanda e acima disto, que os agentes da autoridade (PRM, UIR) estavam do lado dos manifestantes e fartos do sistema.

A violência política somou-se à violência terrorista que devasta o norte de Cabo Delgado desde outubro de 2017. No Teatro Operacional Norte (TON) – espaço militar que abrange distritos como Palma, Nangade, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Macomia, Quissanga, partes de Meluco, Pemba, Mecúfi e Chiúre – registaram-se incursões em Montepuez em 2022, 2023 e, mais recentemente, em 2025.⁷ Contudo, pouco se divulga sobre as causas da violência ou sobre a escalada dos ataques, temas frequentemente tratados como “segredos de Estado”. A célebre expressão de Ésquilo (525 - 456 a.C.) “Na guerra a primeira vítima é a verdade”, aplica-se perfeitamente ao conflito que assola Cabo Delgado. Nota-se, da parte do Estado, um esforço deliberado em omitir factos relacionados com esta guerra, como a continuidade do tráfico de minerais, de drogas e de espécies proibidas.

Persistem ainda várias questões em aberto: por que motivo os terroristas conseguiram tomar a cidade costeira de Mocímboa da Praia em 2020? Porque insistem em desafiar as tropas ruandesas estacionadas desde a sua reconquista em 2021? Porque a insurgência extremista se concentra na zona Norte e costeira de Cabo Delgado, quando a faixa de influência islâmica em Moçambique estende-se até Pebane? Porque insistem as autoridades em declarar vitória sobre os terroristas e apelar ao regresso das populações deslocadas, quando a ameaça continua ativa? Porque foi implementado

um processo de reassentamento forçado, deslocando populações da zona costeira de Cabo Delgado para Manica, Nampula, Inhambane e Zambézia? Estas e outras questões, ainda sem resposta clara, são fundamentais para compreender as origens do conflito e as suas implicações, não só para Moçambique, mas também para a região e para a comunidade internacional. No exercício da busca pela verdade, a imprensa tem sido, antes dos terroristas, um alvo a neutralizar, por expor ou ameaçar expor as ligações obscuras que alimentam um conflito que já causou milhares de mortos e mais de um milhão de deslocados.⁸

Este relatório procura analisar os contextos da violência extremista em Cabo Delgado e a resposta do Estado através das suas instituições de defesa e segurança, bem como os impactos dessa violência sobre as liberdades constitucionalmente consagradas e, em particular, sobre a atividade jornalística. Irá ainda descrever, de forma breve, os diferentes interesses e atores que sustentam este conflito complexo e de difícil resolução. Não se trata, no entanto, de uma análise exaustiva de todos os atores políticos e militares, nem de todos os interesses económicos – moçambicanos, regionais, franceses, americanos e outros. A limitação deve-se não apenas a restrições de espaço e de disponibilidade de informação, mas sobretudo ao objetivo central deste relatório: oferecer uma perspetiva que articula a violência com o silêncio imposto à sociedade.

7 AIM / *Club of Mozambique*, “Mozambique: Terrorists loot food in Montepuez – AIM report”, 6 de fevereiro de 2025. <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-terrorists-loot-food-in-montepuez-aim-report-275460/>

8 DW, “Moçambique: 1,2 milhões de pessoas necessitam de ajuda – conflito no norte, operações humanitárias” 20 de julho de 2024. <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-12-milhões-de-pessoas-necessitam-de-apoio-humanitário/a-69719994>

O CONCLAVE MAKONDE

O conflito em Cabo Delgado é complexo, envolvendo vários grupos – políticos, criminosos e insurgentes – e fatores socioeconómicos que sustentam o ciclo de marginalização e violência.

Entre estes grupos encontra-se o chamado *Conclave* da etnia Makonde. Historicamente, o partido FRELIMO, e por consequência a elite política e económico moçambicana, foi dominado por líderes oriundos do Sul do país, o que abriu espaço para que outros grupos contestassem esse regionalismo e explorassem o sentimento de marginalização das regiões e províncias do Norte.⁹ A presidência de Filipe Nyusi foi a primeira exercida por um líder da etnia Makonde.

O *Conclave* Makonde, minoria que esteve no poder de 2015 a 2025, poderá ter usado o conflito em Cabo Delgado para reforçar a sua importância no panorama político nacional de duas formas:

Acumulação económica – através do controlo da logística de guerra e dos contratos daí decorrentes, frequentemente atribuídos por adjudicação direta. Bernardino Rafael tornou-se num *landlord*, proprietário de múltiplos imóveis em Maputo e Pemba, adquiridos semanalmente. Nyusi e o seu círculo próximo teriam retirado, com frequência, fundos do banco central sob o pretexto de financiar a logística militar em Cabo Delgado.

Acumulação militar – ao reforçar o seu poder securitário, garantindo a manutenção no poder. Apesar de um discurso oficial

respeitador da legalidade, Nyusi terá ensaiado diferentes formas de se prolongar no cargo, incluindo o alegado apoio a Venâncio Mondlane na contestação às eleições, com a intenção de depois suspender ou adiar a posse de Daniel Chapo, declarar o Estado de Emergência e governar por decreto.

Organizado inicialmente com fins empresariais na Rede Quionga, em 2012, o grupo ganhou crescente relevância, funcionando hoje como uma espécie de *deep state*, que controla secretamente as FDS, a economia, o partido, o governo e o próprio Estado.¹⁰ Influencia os concursos públicos locais e internacionais, mantendo ainda ligações ao crime organizado. Nada de significativo acontece no país sem o seu aval. Se consideramos a forte ligação à milícia denominada Força Local, em Cabo Delgado, pode afirmar-se que o *Conclave* dispõe de uma milícia armada paralela ao Estado, apesar da sua formalização legal pelo Decreto n.º 15/2023 de 14 de abril.¹¹ Atualmente, constitui a componente militar de uma entidade de base étnica, empresarial, política e criminosa, com estrutura oligárquica que rivaliza em poder com o próprio Estado, o partido e o governo.

O *Conclave Makonde* desenvolveu-se em torno do General Alberto Joaquim Chipande, histórico líder da luta de libertação nacional, que consolidou influência com a criação

9 A origem étnica dos primeiros presidentes foi Changana (Samora Moisés Machel, 1975-1986; Joaquim Alberto Chissano, 1986-2005), Macua (Armando Emílio Guebuza, 2005-2015) e Maconde (Filipe Jacinto Nyusi, desde 2015).

10 Africa Confidential. "The Quionga network." *Africa Confidential*, 12 de abril de 2013. <https://www.africa-confidential.com/article/id/4860/browse-by-country/id/41/Senegal>

11 Conselho de Ministros, Decreto n.º 15/2023, de 14 de abril, que estabelece a Força Local e aprova o respetivo Estatuto, publicado no Boletim da República, I Série, n.º 72, de 14 de abril de 2023.

da empresa Quionga Energia SA em 2012.¹² Também o General Raimundo Pachinuapa, através da empresa Epsilon Investimentos SA do antigo Ministro das Finanças Abdul Magid Osman, esteve envolvido.¹³ Inspirando-se no modelo de negócios do partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a estratégia assentava na utilização do capital político e do acesso a informação privilegiada para explorar oportunidades de negócio e assegurar vantagens. Assim, empresas privadas fundadas por pessoas politicamente expostas (PEPs) beneficiavam da exploração de recursos – pesqueiros, florestais, minerais, entre outros –, bem como de fundos estatais e da ajuda externa, atuando frequentemente como intermediárias de grandes multinacionais. Em Angola, as petrolíferas eram obrigadas a ceder entre 10% a 15% das concessões a empresas ligadas à elite política; em Moçambique, o equivalente seriam empresas como a Quionga, controladas por políticos históricos, gerais ativos ou na reserva, altos quadros da inteligência e oficiais sem experiência empresarial.

A Quionga constitui um caso clássico de apropriação indevida de recursos públicos e estratégicos por um grupo restrito. Entre acionistas figuram: o General Henriques Lagos Lidimo (antigo chefe do Estado Maior, com curta passagem pelo serviço de informação o SISE), Teodoro Salésio Nalyambipano (antigo vice-ministro de Segurança e ex-embaixador em Angola), o General Tomé Eduardo (antigo vice-ministro do Interior), o General Atanásio Salvador Mtumuke (antigo ministro da Defesa), ambos de etnia Makonde, bem como o escritor e ensaísta Nelson Saúte e o jurista Abdul Carimo Issa (antigo primeiro vice-presidente da Assembleia da República).

Após a guerra civil (1976-1992), estes generais desenvolveram interesses empresariais em Cabo Delgado, que se diversificaram

ao longo dos anos: iniciaram-se com licenças florestais, expandiram para a mineração e atualmente controlam parcelas significativas do setor de *oil & gas*. O grupo decide quem usufrui das quotas de *local content* e negociam diretamente com multinacionais para assegurar a sua parte na exploração dos recursos naturais. Esses interesses expandiram-se e conheceram um crescimento exponencial durante o período Nyusi (2015-2024), quando a etnia Makonde consolidou o seu poder através da chamada “*Makondização*” do Estado, garantindo o domínio completo do setor de defesa e segurança. De facto, Nyusi acumulava a presidência com o controlo efetiva da Defesa, do Interior, e do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), exercendo influência direta sobre a polícia chefiada pelo seu primo Bernardino Rafael.

O domínio completo do Estado, das Forças de Defesa e Segurança e do partido FRELIMO por figuras Makonde reforçou a designação de *Conclave* atribuída a este grupo, que representa cerca de 0,8% da população moçambicana, segundo o censo de 1997.¹⁴ Nas Forças de Defesa e Segurança, os incumbentes eram essencialmente vice-presidentes de Nyusi, e nada se decidia sem o seu aval. Através de redes pessoais e familiares, incluindo os filhos, Nyusi controlava os processos de aquisição de material militar, cobrando elevadas comissões.

Do grupo inicial, Pachinuapa, Naliyabimpano e Eduardo acabaram por afastar-se, mas Chipande, Nyusi, Bernardino e Mtumuke permaneceram no núcleo duro. nenhuns negócios de revelo do Estado escapavam ao seu crivo. O grupo influenciava a nomeação de ministros, vice-ministros, secretários de Estado, oficiais superiores das FDS, embaixadores, presidentes de concelhos de administração, primeiros

12 Data da Escritura: 09 de Novembro de 2012. BR nº 9, II Série de 30 de Janeiro de 2013 - pag. 263. Número de Registo: 56552, número antigo: 100358093. Local e Data de Assinatura da Escritura: 15 de Março de 2013.

13 Africa Confidential. “The Quionga network.” *Africa Confidential*, 12 de abril de 2013. <https://www.africa-confidential.com/article/id/4860/browse-by-country/id/41/Senegal>

14 Instituto Nacional de Estatística de Moçambique. *Resultados definitivos do Censo Geral da População e Habitação 1997*. Maputo: INE, 1999.

secretários do partido e atribuição de contratos, fortalecendo os seus interesses em detrimento do Estado e da FRELIMO. Estrategicamente e deliberadamente, organizou-se para contrabalançar a influência do Sul do país nos negócios e no poder

político. O general Alberto Joaquim Chipande é reconhecido como Patrono do *Conclave*, estatuto que lhe conferiu grande influência durante o período Nyusi e que continua a marcar a vida económica, política, militar e cultural de Cabo Delgado até a atualidade.

Gás natural e desafios de segurança

Moçambique é o principal exportador de gás natural na África Austral, posição que irá reforçar com o início da exploração na bacia do Rovuma prevista para 2022. Ao mesmo tempo permanecem os problemas de segurança, evidenciados pelos incidentes em Cabo Delgado

Área: 799 380 km²

População: 26,5 milhões

Religião: católicos (28,4%), outros cristãos (27,7%), muçulmanos (17,9%), outros (26%)

Esp. média de vida: 53,7 anos

PIB/per capita (ppc): 1300 USD

PIB: 4,7%

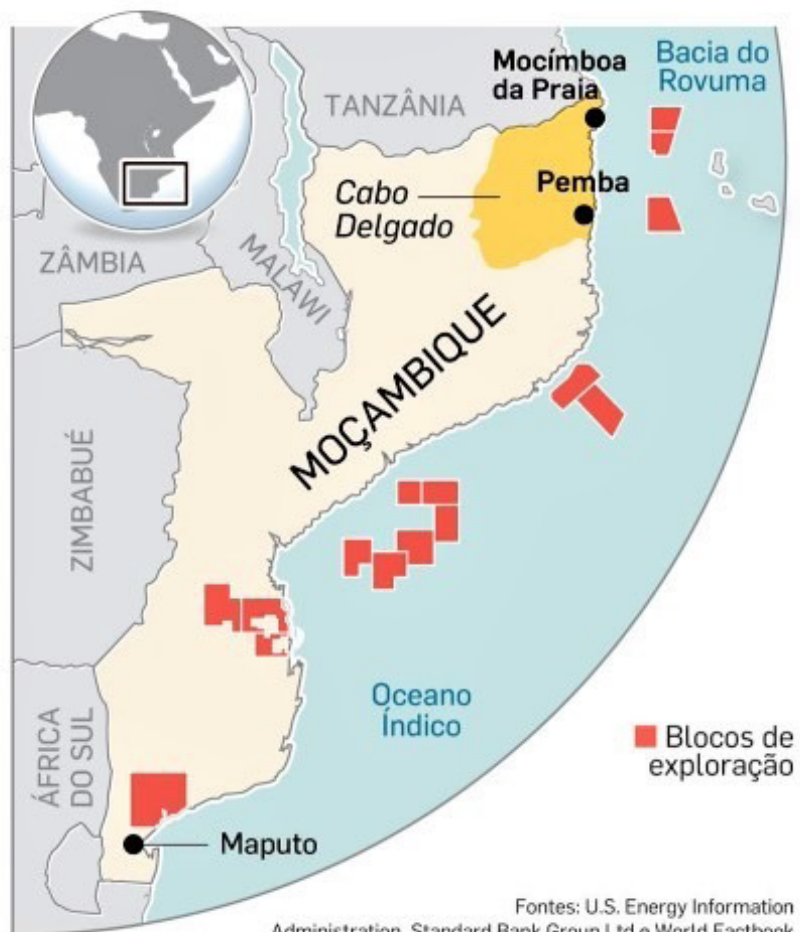
Pop. ativa: 12,9 milhões

Desemprego: 22,4%

Inflação: 17,5%

Forças Armadas: 14 200 efetivos

Pop. abaixo da linha de pobreza: 46,1%



Fontes: U.S. Energy Information Administration, Standard Bank Group Ltd e World Factbook

Referência do mapa

Pierre Vilbró. "A Exploração Do Gas Em Cabo Delgado, Já Era? - Da Planície e da Savana". 23 Abril 2021.

<https://bigslam.pt/blogs/pierre-vilbro/a-exploracao-do-gas-em-cabo-delgado-ja-era-da-planicie-e-da-savana-de-pierre-vilbro/>

A AMEAÇA TERRORISTA E A RESPOSTA DO GOVERNO

Operativamente, a “ameaça terrorista” concentra-se na zona das operações de *oil & gas*, embora ocorram incursões em distritos como Muidumbe e em partes da Reserva do Niassa.¹⁵ Os insurgentes geralmente não saem de um perímetro definido, sendo as incursões ao Sul e a Oeste estratégicas de distração. Para eles, a zona costeira garante continuidade logística essencial. Neste contexto, foram cooptados por grupos criminosos que controlavam regiões como Mucojo, Quiterajo, Mocímboa da Praia, Palma e Quissanga, assim como as ilhas do Ibo, Matemo e Quilála, onde o tráfico de drogas é dominante e controlado pelo Cartel de Pemba. Dessa forma, os insurgentes estão associados ao dinamismo do crime de drogas na costa de Cabo Delgado.¹⁶

A onda insurgente teve várias fases:

Primeira: Contestação ideológica originada por estudantes da religião formados em Cartum, no Sudão, no final da década 1990. Eles questionavam a implementação do Islão em regiões remotas da costa de Cabo Delgado, defendiam uma corrente mais ortodoxa e criticavam a tolerância das

autoridades locais a práticas consideradas ilícitas, desafiando as antigas lideranças religiosas. A situação evoluiu para confrontos com o Estado nessa época.¹⁷

Segunda: Contestação política, quando os insurgentes confrontaram as autoridades após imporem o uso da burca às mulheres e proibirem o funcionamento de escolas públicas em algumas localidades. A resposta do Estado foi violenta.¹⁸

Terceira: Contestação militar, baseada na mobilização de jovens com apoio supostos estrangeiros do mesmo círculo de formação ideológica (sudaneses, somalis, congoleses, quenianos e tanzanianos). Em 2011, circulavam rumores sobre campos de treino da Al Qaeda em Cabo Delgado. Em 2017, os insurgentes atacavam diversos pontos do distrito de Mocímboa da Praia.¹⁹

Os elevados índices de pobreza em Cabo Delgado podem ter servido como base para ações coordenadas por diversos atores – do poder, insurgentes e seus mentores ideológicos – contra o Estado moçambicano.²⁰ Além disso, o *boom* económico decorrente

15 Em termos de datas e números os ataques terroristas iniciaram a 5 de Outubro de 2017 na Vila da Mocímboa da Praia. Em termos de perdas humanas até à data são, na província de Cabo Delgado (14 de Julho - 3 de Agosto de 2025), Pelo menos 14 eventos de violência política (2.142 no total desde 1 de Outubro de 2017), Pelo menos 28 fatalidades reportadas de violência política (6.151 desde 1 de Outubro de 2017). Pelo menos 11 fatalidades civis reportadas (2 542 desde 1 de Outubro de 2017), Pelo menos 13 eventos de violência política envolvendo EIM em Moçambique (1.969 desde o primeiro ataque).

16 Africa Intelligence. “Heroin now TOTALE’S chief security challenge in Cabo Delgado.” 11 de setembro de 2020. <https://www.africaintelligence.com/southern-africa-and-islands/2020/09/11/heroin-now-total-s-chief-security-challenge-in-cabo-delgado,109605716-eve>

17 Matsinhe, David M., e Estácio Valoi. “The genesis of insurgency in northern Mozambique.” *Southern Africa Report* 27 (2019). <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/sar-27.pdf>

18 Human Rights Watch. “Conflito no norte de Moçambique coloca a educação em risco.” 27 de junho de 2024. <https://www.hrw.org/news/2024/06/27/conflict-northern-mozambique-puts-education-risk>

19 ACLED. “Cabo Ligado Update: 5 - 18 May 2025.” 18 de maio de 2025. <https://acleddata.com/update/cabo-ligado-update-5-18-may-2025>

20 Araujo, Manuel de. “Armando Guebuza, antecessor de Filipe Nyusi recusa liminarmente a tese de pobreza como causa da guerra.” 2008. <https://manueldearaujo.blogspot.com/2008/10/traficantes-de-droga-tm-estatuto.html>

da descoberta de reservas de gás serviu como catalisador, oferecendo à elite local uma oportunidade para contrapor-se às elites sulistas no controle de recursos estratégicos. Nesse contexto, grupos locais se aliaram em diferentes momentos para definirem estratégias que contrabalançassem a forte influência sulista.

Em termos securitários, especialistas comentam que o terrorismo em Cabo Delgado integra um jogo geoestratégico envolvendo entidades e países ligados ao LNG (*Liquified Natural Gas*) “para condicionar a participação de Moçambique no mercado mundial do gás - uma ação coordenada pela França. Algures em Paris há quem sabe tudo e como está a ser feito. As ilhas Reunião e as Comores fazem parte desta operação.”²¹ A resposta do Estado, inicialmente, foi limitada. Em razão da fragilidade do setor da segurança, o país foi pego de surpresa durante um processo incompleto de reestruturação da defesa marítima, no qual a França desempenha um papel-chave. Um especialista em Direito do Mar comenta “como é que se organiza uma estratégia de defesa e proteção marítima justamente com um o seu mais perigoso concorrente? A França tem interesses no Canal de Moçambique num atol e ilha Bassas da Índia, (localizada entre a meio caminho entre Moçambique e Madagáscar e potencialmente com valor estratégico hidrocarboneto) o que faz com que os seus interesses se confrontam com os de Moçambique. Jogou estrategicamente com as fraquezas humanas dos quadros moçambicanos e o resultado foi a destruição e a demonização de um projeto crucial para a autonomia marítima de Moçambique.”²²

Posteriormente, o Estado mobilizou meios adequados para combater a ameaça. No entanto, o combate se mostrou complexo,

dificultado pela guerra de protagonismos, limitações de equipamento letal, e capacidade logística. No Teatro Operacional Norte (TON), área de Administração Militar Norte, embora não haja declaração formal de guerra nem adoção de leis de exceção como Estado de Emergência, a região é considerada uma zona de conflito. Autoridades militares, policiais e securitárias exercem poder absoluto sobre as populações, instituições, políticos e imprensa, de maneira semelhante aos insurgentes. Para conter a ameaça, Moçambique mobilizou apoios em três níveis:

Regional, com a *Southern African Development Community* (SADC), através da *Southern Africa Military Mission in Mozambique* (SAMIM), que chegou a Cabo Delgado em julho de 2021, após aprovação da Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC em junho de 2021.

²³ A missão incluiu forças da África do Sul, Botswana, Lesotho, Malawi e Zâmbia; Angola ofereceu apoio financeiro e material, sem presença de efetivos. A SAMIM encerrou-se em 4 de julho de 2024.

Bilateral, com o Ruanda cujos destacamentos militares e policiais chegaram a Cabo Delgado em julho de 2021 a pedido do governo moçambicano, facto confirmado pelo presidente Filipe Nyusi.²⁴ Estiveram presente forças da RDF (*Rwandan Defense Forces*) e da RNP (*Rwandan National Police*) e da Tanzânia. O Ruanda teve as suas forças no terreno antes da SAMIM e a Tanzânia chegou na altura do *deployment* da força regional, mas ainda continua no terreno.

Financeiro, através da EUTM-Moz (*European Union Military Training Mission in Mozambique*). A União Europeia (UE) envolveu-se diretamente na crise de Cabo Delgado a partir de 2021, embora o acompanhamento da situação e apoio

21 Entrevista com um especialista em segurança, Maputo, maio 2025.

22 Entrevista maio 2025

23 DefesaMoz.info. “Missão da SAMIM termina com avanços significativos.”

24 VOA Português. “Filipe Nyusi confirma presença de tropas do Ruanda em Cabo Delgado a pedido do seu governo.” <https://www.voaportugues.com/a/filipe-nyusi-confirma-presen%C3%A7a-de-tropas-do-ruanda-em-cabo-delgado-a-pedido-do-seu-governo/5960043.html>

humanitário tenham começado um pouco antes.²⁵ A UE mobilizou recursos financeiros e apoio não letal, incluindo US\$ 20 milhões destinados a Kigali. O apoio não letal foi destinado a Moçambique (FADM, PRM, SISE e Força Local), adstritas ao TON.

Em termos de meios nacionais das Forças de Defesa e Segurança, com todas as limitações conhecidas, foram mobilizados várias Unidades Especiais, tais como a Unidade de Intervenção Rápida (UIR), polícia antimotim com treino antiterrorismo ministrado pelo *Dyck Advisory Group* (DAG) em 2021. A UIR faz parte das forças especiais e de reserva da polícia nacional de Moçambique (PRM). Foram também mobilizadas as Forças Armadas (FADM) com Unidades de Comandos e Infantaria treinadas em anti insurgência pela UE e capacitação biliteral. O Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) tem a sua ação integrada com as FDS. Pela sua natureza não há documentos nem relatórios públicos ou de fontes abertas para consulta.

Foram também mobilizadas duas milícias locais. A Força Local é formada por antigos combatentes da Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), e coordenada com as Forças de Defesa e Segurança (FDS) e tropas estrangeiras que combatem os insurgentes no norte do país.²⁶ Teriam surgido de forma espontânea e voluntária para auxiliar as FDS no combate os terroristas.²⁷ Foram apoiadas em logística por Alberto Joaquim Chipande, Filipe Nyusi e Bernardino Rafael. Em 2023, na Assembleia da República, sob proposta do Governo, a sua existência foi formalizada como entidade de defesa e segurança.^{28,29} Tem carácter temporário e sazonal, dependendo das condições de segurança locais.³⁰ Os *Naparamas* são grupos armados com elementos tribais e tradicionais que tiveram uma ação limitada e pouco coordenada com a FDS, reduzindo seu aproveitamento operacional.³¹ Tal como a Força Local, é um grupo/milícia, mas de cariz tradicionalista e mítico, que se propôs a defender as aldeias e as machambas contra

25 VOA Português. “Filipe Nyusi confirma presença de tropas do Ruanda em Cabo Delgado a pedido do seu governo.” <https://www.voaportugues.com/a/filipe-nyusi-confirma-presen%C3%A7a-de-tropas-do-ruanda-em-cabo-delgado-a-pedido-do-seu-governo/5960043.html>

26 DW. “Cabo Delgado: O que faz a Força Local?” 24 de maio de 2022. <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-o-que-faz-a-for%C3%A7a-local/a-62198763>; Voz da América. “‘Força local’, integrada por antigos combatentes, entra em ação em Moçambique com muitas ressalvas.” 25 de julho de 2023. <https://www.voaportugues.com/a/for%C3%A7a-local-integrada-por-antigos-combatentes-entra-em-a%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique-com-muitas-ressalvas/7195604.html>;

27 Voz de Cabo Delgado. “Origens e Consequências das Forças Locais em Cabo Delgado.” <https://avoz.org/doze-membros-da-forca-local-naparamas-mortos-em-ancuabe/>

28 República de Moçambique. Decreto n.º 15/2023, de 14 de abril, que estabelece a Força Local e aprova o respetivo estatuto. *Boletim da República*, I Série, n.º 72, 14 de abril de 2023.

29 Integrity Magazine. “Cabo Delgado: Força Local de Mueda assume funções militares e policiais em novo contexto de segurança” 3 de Outubro de 2024. <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/32871>

30 A Força Local é um agrupamento excecional e temporário constituído por cidadãos nacionais pertencentes a uma determinada comunidade que, de forma voluntária, se organiza para contribuir na sua auto-defesa contra ameaças à soberania e à integridade territorial. 3. Compete ao Ministro que superintende a área da Defesa Nacional, sob proposta do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, reconhecer a existência da Força Local em uma determinada comunidade. Decreto n.º 15/2023: Boletim da República N.º 72. I SÈRIE. Sexta Feira, 14 de Abril de 2023.

31 Notícias de Cabo Delgado. “Cabo Delgado: Força Local de Mueda assume funções militares e policiais em novo contexto de segurança.” <https://avoz.org/doze-membros-da-forca-local-naparamas-mortos-em-ancuabe/>; Voz da América. “Naparamas, o grupo que impõe medo em distritos no norte de Moçambique.” 17 de fevereiro de 2025. <https://www.voaportugues.com/a/naparamas-o-grupo-que-imp%C3%B5e-medo-em-distritos-no-norte-de-mo%C3%A7ambique/7978192.html>

as incursões dos terroristas.³² Armam-se de azagaias, catanas e paus e vacinam-se, tradicionalmente, contra disparos de armas de fogo. Surgiram durante a guerra-civil (1977-1992) na Alta Zambézia.³³

Atores Externos e Interesses económicos

A resolução do conflito no Norte de Moçambique é dificultada pela presença de múltiplos interesses económicos e de diversos atores externos. Entre os mais relevantes, destacam-se:

O conflito armado envolve influências ideológicas e atores tanzanianos. Por outro lado, Dar-es-Salaam presta apoio³⁴ a Moçambique no combate ao terrorismo. Após um “período gelado” durante a presidência de John Magufuli (2015-2021), as relações bilaterais voltaram à normalidade sob a liderança de Samia Suluhu Hassan, cuja aproximação a Maputo deu novo impulso à cooperação contra o terrorismo. As Forças da Defesa da Tanzânia participaram inicialmente no quadro da SAMIM e, posteriormente, em missões bilaterais. Tal como o Ruanda, a Tanzânia mantém tropas em Cabo Delgado, motivada pelo interesse em conter a expansão do terrorismo, prevenindo a sua eventual propagação para o seu território. A Tanzânia, contudo, é simultaneamente um dos principais centros de recrutamento de insurgentes ativos em Moçambique.

Os primeiros líderes do movimento eram cidadãos tanzanianos com atividades comerciais na faixa costeira de Cabo Delgado, entre Palma e Mocímboa da Praia.³⁵

A presença ruandesa resulta de um convite do Presidente Nyusi ao seu homólogo Paul Kagamé. A intervenção ocorreu num momento de fragilidade do governo moçambicano, quando os insurgentes intensificavam ataques em Mocímboa da Praia, Quissanga, Ibo e Muidumbe. Desde 2021, mais de dois mil militares ruandeses combatem no terreno, com particular atenção à área onde a francesa *TotalEnergies* desenvolve o projeto de exploração de gás natural. Supõe-se que a intervenção ruandesa decorreu de uma concertação entre a Kigali e a *TotalEnergies*, com o apoio do governo francês. A atuação das forças ruandesas conteve a progressão terrorista após a retirada do *Wagner Group*, evitando que Cabo Delgado se transformasse num califado do Estado Islâmico (ISCAP). A participação do Ruanda permanece envolta em opacidade, dado que o Parlamento moçambicano não foi notificado formalmente sobre os termos da sua presença, nem foi declarado estado de guerra. Kigali tem sido apontado como o principal beneficiário do conflito³⁶, estabelecendo contratos lucrativos através da empresa de segurança *ISCO Global* (associada ao partido no poder, a Frente Patriótica Ruandesa – RPF) e da empresa *Radarscape*, ligada ao grupo empresarial

32 Redactor. “Naparama conta como certa vez ‘matrecaram’ três insurgentes.” 21 de junho de 2023. <https://redactormz.com/naparama-counta-como-certa-vez-matrecaram-tres-insurgentes/>

33 Zitamar News. “Who are the Naparama?” 20 de fevereiro de 2023. <https://www.zitamar.com/who-are-the-naparama/>

34 Apoio logístico e pessoal. Há um destacamento das FDS tanzanianas primeiro no quadro da SAMIM e depois no quadro bilateral. Os tanzanianos como os Ruandeses permanecem em Moçambique. Há todo interesse da Tanzânia e ajudar a resolver o problema do terrorismo em Cabo Delgado. 1.º porque já passou pelo fenómeno e 2.º previne a contaminação. A Tanzânia é também um importante centro de recrutamento dos terroristas que operam em Moçambique.

35 Como por exemplo Faragi Nankarava aka *Ndoronge*, Dr Rajab Awadhi Ndanjile, Twahili Mwidini abatidos pelas FDS entre 2020 e 2021.

36 ACLED. “Ruanda em Moçambique: Limites à proteção civil.” 17 de setembro de 2025. <https://acleddata.com/pt/report/ruanda-em-mocambique-limites-protecao-civil>

Crystal Ventures, braço financeiro do regime ruandês.³⁷

A Rússia interveio indiretamente através do *Wagner Group*, fundado por Yevgeni Prigozhin em 2014.³⁸ Em 2019, mercenários russos chegaram a Moçambique para operar nos distritos de Macomia e Mueda, depois de terem entrado no país pelo aeroporto de Nacala, com o objetivo de conter a insurgência. A presença do *Wagner Group* foi resultado de acordos bilaterais entre Moscovo e Maputo, abrangendo cooperação na área da defesa, segurança, e exploração de recursos minerais. A imprensa local revelou que a sua presença no país se pretendia secreta ou *low profile*. Os objetivos eram eliminar a ameaça terrorista ainda circunscrita a algumas zonas de Cabo Delgado (Mocímboa da Praia, Quissanga, Macomia) e permitir a realização das 6.ªs eleições gerais de 2019 em todo o território nacional.

Na vertente de defesa e segurança os dois países centraram-se na cooperação entre os ministérios do Interior, no tratamento de informação classificada e no setor do gás e petróleo, com a participação da empresa russa *Rosneft*. Segundo um comunicado de imprensa, no setor energético a empresa analisava os dados geológicos disponíveis sobre diversos blocos, em terra e no mar.³⁹ Contudo, a prioridade foi claramente a

segurança. O Conselho de Ministros não só aprovou a resolução, como também ratificou a entrada de navios militares russos nos portos nacionais – uma decisão que, segundo o governo, tinha como objetivo reforçar a cooperação na área da defesa e segurança. De acordo com fontes do *Moz2h*, as primeiras tropas de elite não chegaram por via marítima, mas sim em dois aviões Antanov que aterraram no aeroporto de Nacala cerca de duas semanas antes. “Eram 160 russos: um avião cheio de equipamento. O outro cheio de homens russos, fisicamente bem estruturados e tinham como destino o distrito de Macomia e Mueda”, relatou uma fonte.⁴⁰ O grupo conseguiu conter temporariamente os insurgentes, mas retirou-se após um episódio em que acusou as FDS de traição, na sequência de uma emboscada que culminou na morte de um dos seus elementos às mãos dos insurgentes. A retirada foi justificada com a alegada “falta de seriedade dos moçambicanos”. Assim, apesar de algumas operações iniciais, a missão do *Wagner Group* foi breve, marcada por tensões com as FDS moçambicanas, e terminando abruptamente após confrontos e acusações mutuas de traição.

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) aprovou, em junho de 2021, o destacamento da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM), com os objetivos

37 A *TotalEnergies* assinou um contrato milionário com a ISCO Global, subsidiária moçambicana de uma entidade privada de segurança ruandesa. Esta empresa de segurança está ligada ao partido no poder no Ruanda, a Frente Patriótica Ruandesa (RPF). A ISCO Segurança, uma *joint-venture* entre a *ISCO Global Limited* do Ruanda e uma empresa moçambicana cuja identidade permanece desconhecida, opera em setores como segurança, construção e mineração. O projeto de GNL colabora igualmente com a *Radarscape*, uma subsidiária indireta da holding Ruandesa *Crystal Ventures*, através da sua filial internacional *Macefield Ventures*. Entre os contratos da *Radarscape*, destaca-se um acordo para a construção de uma central solar destinada ao projeto de GNL, em parceria com um grupo francês. A *TotalEnergies* afirma que tanto a *Radarscape* como a ISCO Segurança foram submetidos aos mesmos processos de verificação de diligência.

38 A *Wagner pmc* tem estado envolvida em vários conflitos e operações em todo o mundo, muitas vezes apoiando os interesses russos. É igualmente apresentada como *proeminente empresa militar privada ligada ao Kremlin* (PMC). Mais do que uma entidade única, a *Wagner* é uma complexa rede de empresas e grupos mercenários cujas operações estão intimamente ligadas à comunidade militar e de inteligência russa. Estima-se que tenha cerca de cinco mil membros em toda a África, uma combinação de ex-soldados russos, condenados e cidadãos estrangeiros.

39 Rosneft. “Press Release: Rosneft, INP and ENH Expand Cooperation in Mozambique” 22 August, 2019. <https://www.rosneft.com/press/releases/item/196635>

40 Zambeze.Info. “Tropas russas em Cabo Delgado” <https://zambeze.info/?p=1881>

de restaurar a paz e a segurança, proteger civis e apoiar a estabilização da região. O destacamento foi realizado com o pleno consentimento do governo moçambicano, o que dispensou a necessidade de autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Actividades e Apoio:

- Assistência humanitária: A SAMIM envolveu-se na prestação de apoio a deslocados internos e comunidades afetadas.
- Reforço de capacidades: A SAMIM centrou-se no fortalecimento das forças de segurança moçambicanas através de formação e operações conjuntas.
- Envolvimento da comunidade: foram enviados esforços para colaborar com as comunidades locais, criando confiança e promovendo a coesão social.

O envolvimento da SADC evidenciou o compromisso regional em enfrentar a crise em Cabo Delgado e apoiar Moçambique nos seus esforços pela paz e estabilidade. Contudo, a missão foi marcada por divergência internas, sobretudo entre o Ruanda (através da sua cooperação bilateral) e a África do Sul (líder no quadro da SAMIM). Estas tensões prejudicaram a eficácia da operação, criando espaços que os insurgentes souberam explorar. Apesar de alguns esforços humanitários e de capacitação, a intervenção da SAMIM foi amplamente criticada pela sua ineficácia militar.

Enquanto, por pressão da África do Sul, discutia-se o papel da SAMIM, o tempo passava e, para além de desfiles para a imprensa, não se registaram ações significativas contra os bastiões insurgentes. O contingente sul-africano estacionado em

Macomia foi alvo de críticas da população local por não reagir a denúncias sobre a presença de terroristas que circulavam nas proximidades, chegando estes, em certos momentos, a queimar aldeias e a pilhar bens em áreas sob responsabilidade operativa sul-africana. Em termos gerais, a intervenção revelou-se desastrosa, sem efeitos práticos no combate ao terrorismo, expondo clivagens políticas e antigos desentendimentos entre Pretória e Kigali, relacionados com o conflito no Leste do Congo e com a crescente influência militar do Ruanda no espaço da SADC.

Por seu lado, as forças ruandesas (RNDF e RNP) mantiveram uma postura mais operacional, com melhores resultados e menor exposição mediática.⁴¹ Nas áreas em que o exército e a polícia do Ruanda operaram, registaram-se mais estabilidade e um retorno significativo à normalidade. Um exemplo foi a recuperação de Mocimboa da Praia em menos de um mês, após o distrito ter permanecido inacessível durante 11 meses devido à ocupação insurgente. Ambas as forças têm sido elogiadas pela sua eficácia na restauração da segurança em zonas anteriormente controladas pelos jihadistas.⁴²

A União Europeia (EU) participa por meio da Missão de Formação Militar da União Europeia em Moçambique (EUTM Moçambique), lançada em 2021, com o mandato de formar e capacitar unidades das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). A missão, não-executiva, foca-se no treino de forças especiais e da marinha, integrando instrução em contraterrorismo, proteção de civis e respeito pelo direito internacional humanitário. A missão inclui a formação de onze (11) companhias, sendo cinco (5) da Marinha e seis (6) das Forças Especiais do Exército, com um total de cerca

41 Finabel. "Rwanda's Campaign in Mozambique: A Counterinsurgency Case Study – A Radical Approach." 23 June 2025. <https://finabel.org/rwandas-campaign-in-mozambique-as-a-counterinsurgency-case-study-a-radical-approach/>

42 Rwanda in Zimbabwe. "Cabo Delgado: Over 250,000 People Return Home as Sea, Air Ports Re-open." <https://www.rwandainzimbabwe.gov.rw/actualites/info-details/cabo-delgado-over-250000-people-return-home-sea-air-ports-re-open>

de 1.100 militares em treinamento ao longo da missão.⁴³ O custo estimado da EUTM Moçambique é de 16 milhões de euros para um período de dois anos, com financiamento proveniente do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.⁴⁴

A França desempenha um papel central devido à influência da *TotalEnergies*, que tem orientado decisões estratégicas relacionadas com o conflito e com exploração de gás natural. A entrada do Ruanda no conflito poderá estar relacionada com esta influência, uma vez que Paris parece concertar mais diretamente com Paul Kagame do que com Filipe Nyusi, que em várias ocasiões se deslocou a Kigali para reuniões de alinhamento. Por intermédio da *TotalEnergies* e do Estado francês, Kigali tornou-se um *key player* no conflito em Cabo Delgado.^{45,46}

Enquanto a *TotalEnergies* determina os passos deste negócio e da guerra em Cabo Delgado, terá sido também a responsável por escolher o Ruanda para garantir “*boots on the ground*.”⁴⁷ Patrick Pouyané, CEO da *TotalEnergies*, com o apoio do Estado francês, tem seguido uma política assertiva na abordagem aos Estados africanos. A definição dos modelos de intervenção estaria, alegadamente, a cargo da própria

TotalEnergies, através do seu conselheiro de segurança, Frédéric Marbot (ex *Légion Etrangère*). A única reunião documentada entre Patrick Pouyané e o Presidente ruandês Paul Kagame sobre a situação em Cabo Delgado ocorreu em Kigali, em janeiro de 2022, altura em que assinaram um memorando de entendimento que vinculava a presença do contingente militar ruandês à proteção dos projetos de gás em Moçambique.^{48,49} Ainda assim, Filipe Nyusi deslocava-se com alguma regularidade a Kigali para se inteirar dos desenvolvimentos e concertações entre Kigali e a *TotalEnergies*.⁵⁰

Paris, por sua vez, demonstra deter conhecimento crucial acerca dos insurgentes – incluindo meios logísticos (armas e recrutamento), circuitos ideológicos e operacionais – que não partilha com o Estado moçambicano, mas sim com Kigali. Isso confere a Paul Kagame uma margem significativa de manobra para manipular os seus interesses em Moçambique e, por extensão, na região.

Atores não estatais

O conflito em Cabo Delgado envolve também atores não estatais: Dyck Advisory Group (DAG): empresa militar privada sul-africana

43 European External Action Service (EEAS). “About the European Union Training Mission in Mozambique.” https://www.eeas.europa.eu/eutm-mozambique/about-european-union-training-mission-mozambique_en?s=4411

44 EUR-Lex. “EU Military Training Mission in Mozambique (EUTM Mozambique).” <https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/eu-military-training-mission-in-mozambique-eutm-mozambique.html>

45 BBC Afrique. “Insurrection au Mozambique : pourquoi 24 pays ont envoyé des troupes” 24 May 2022. <https://www.bbc.com/afrique/region-61563067>

46 AfriqueExpi.info. “Le Rwanda, un nouveau gendarme africain?”

47 GeoCapita. “Rwanda’s Role in Mozambique: Stabilizer or Self-Serving Actor?” 9 December 2024. <https://www.geocapita.org/post/rwandas-role-in-mozambique-stabilizer-or-self-serving-actor>.

48 Africa Intelligence. “Mozambique/Rwanda: Pouyané and Kagame’s Diplomatic Dance to Restart Cabo Delgado LNG.” 24 de janeiro de 2022. <https://www.africaintelligence.com/mozambique-rwanda-pouyanne-kagame-lng-2022>

49 Himbara, David. “Kagame’s Boss, Patrick Pouyané, Flew Directly to Mozambique After Consulting with the Rwandan Strongman and Announced that TotalEnergies Is Ready to Relaunch its US\$20 Billion Gas Project, Thanks to Kagame’s Military for Hire.” https://afriquela1ère.com/en/2022/02/02/kagames-new-boss-has-landed-in-kigali-patrick-pouyanne-chairman-and-ceo-of-totalenergies-whose-us20-billion-investments-the-rwandan-army-is-guarding-in-mozambique-is-visiting-the/#google_vignette

50 Africa Intelligence. “Mozambique/Rwanda: Nyusi in Urgent Security Talks with Kagame.” 5 de fevereiro de 2024. <https://www.africaintelligence.com/mozambique-rwanda-nyusi-security-talks-2024>

fundada em 2012 pelo ex-oficial do antigo exército rodesiano, coronel Lionel Dyck. O DAG ganhou notoriedade pela resposta rápida e por operações em ambientes exigentes, sobretudo em Estados africanos pós-conflito. Em Moçambique, o grupo foi contratado⁵¹ para apoiar a polícia⁵² e o exército moçambicano na luta contra grupos insurgentes.⁵³ O seu envolvimento teve efeitos ambíguos no combate e na expansão da ação dos insurgentes islâmicos na região. Na sua página na internet, o DAG anuncia como desminagem e gestão de perigos explosivos, segurança especializada, serviços caninos, combate à caça furtiva, e contratação militar privada.⁵⁴ A mesma página reconhece que, “apesar do seu sucesso o DAG enfrentou críticas por suposta discriminação racial e violações de direitos humanos.” A rápida mobilização e as táticas agressivas do grupo têm sido fonte de controvérsia; em Cabo Delgado, o DAG foi acusado de abusos de direitos humanos.

Um relatório da Amnistia Internacional afirma que, além dos insurgentes, também forças governamentais e o contratado militar privado DAG perpetraram atrocidades contra civis indefesos⁵⁵ e atos de cariz racista.⁵⁶ As acusações incluem o uso de metralhadoras montadas em helicópteros e o lançamento de granadas

contra pessoas em movimento no solo. O grupo refutou às alegações, afirmando compromisso com os direitos humanos e prometendo conduzir uma investigação interna. Estima-se que o DAG terá recebido, pela sua participação em Cabo Delgado, cerca de \$30 milhões de dólares norte-americanos.⁵⁷

Um especialista da Força Aérea Moçambicana (FAM) formado na antiga URSS, descreveu os mercenários como “velhos cowboys e aventureiros que acertaram o jackpot da vida deles, e muito provavelmente pagam uma generosa comissão a quem os trouxe para cá. Com o dinheiro que se gastou com a aventura, nós, nacionais, podíamos ter feito algo mais útil quer para a logística militar no TON e nas operações áreas de busca, ataque e de perseguição. Mas isto está tudo destruído.”⁵⁸

- Alliance for Democratic Forces (ADF): grupo rebelde de orientação islâmica que opera principalmente no Uganda e na República Democrática do Congo (RDC). Formado em meados da década 1990 a partir da fusão de várias facções rebeldes, incluindo o Movimento Democrático Aliado e o Exército Nacional para a Libertação de Uganda (NALU). As ADF estiveram envolvidas em

51 SÁBADO. “O velho ‘amigo’ de Moçambique.” 30 de junho de 2020. <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/o-velho-amigo-de-mocambique>

52 Segundo fontes por via da ligação de Bernardino Rafael com o Coronel Dyck. É provável que Bernardino tenha agido em consonância com o Conclave. Que lucrou com a logística de guerra na manipulação dos fabulosos contratos para o esforço da guerra: material letal, não letal, uniformes, rações de combate e transportes.

53 Moçambique para todos: Grupo Militar Sul-Africano Está A Trabalhar Para Resgatar Polícias E Deslocados Em Cabo Delgado

54 Dyck Advisory Group. <https://www.dyckadvisorygroup.com>

55 Carta de Moçambique. “Crimes de guerra em Cabo Delgado: Mercenários escrevem a Guterres e comprometem-se com os direitos humanos.” 11 de março de 2021. <https://cartamz.com/crime/11395/7424-crimes-de-guerra-em-cabo-delgado-mercenarios-escrevem-a-guterres-e-comprometem-se-com-os-direitos-humanos/>

56 W. “Cabo Delgado: Empresa de segurança privada rejeita acusações de racismo.” DW, 24 de maio de 2021. <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-empresa-de-seguranca-privada-rejeita-acusacoes-de-racismo/a-57537590>

57 Conto Achado. “Cabo Delgado: A guerra está longe de ser vencida, diz o dono dos mercenários.” Blogspot, 2020. <https://contoachado.blogspot.com/2020/07/cabo-delgado-guerra-esta-longo-de-ser.html>

58 Entrevista Maputo 2025

numerosas atividades violentas e foram designadas organização terrorista pelo governo ugandês e pelos Estados Unidos. O grupo tem sido associado a graves violações dos direitos humanos, incluindo o recrutamento e a utilização de crianças-soldado.⁵⁹ Nos últimos anos, as ADF declararam lealdade ao Estado Islâmico (EI), o que complicou ainda mais a situação de segurança regional. As suas atividades têm causado instabilidade significativa e crises humanitárias nas áreas sob a sua influência. Embora as ADF não operem diretamente em Cabo Delgado, existe uma ligação transnacional notável entre este grupo e os insurgentes islâmicos locais (comumente chamados de *Al-Shabaab* ou *Ansar al-Sunna*, mais tarde *Estado Islâmico - Província de Moçambique*). Essas conexões podem ser observadas em dois níveis:

Ligações ideológicas e organizacionais: Os insurgentes islâmicos em Cabo Delgado começaram a atuar sob nomes como *Ansar al-Sunna* entre 2015 e 2017, mas gradualmente evoluíram em direção ao salafismo-jihadismo. Em junho de 2019, foram formalmente absorvidos pela estrutura da Província da África Central do Estado Islâmico (ISCAP), da qual as ADF fazem parte. Como parte da ISCAP, o grupo estabeleceu ligações com outras organizações afiliadas ao EI, incluindo as ADF na RDC. Investigações e relatórios de peritos da ONU registaram intercâmbios de pessoal e fluxos de formação entre as ADF e os militantes de Cabo Delgado já em 2017.

Apoio tácito e financiamento: A partir de 2020, os insurgentes de Cabo Delgado começaram a receber treino tático e remessas financeiras provenientes de redes da África Oriental — envolvendo contactos no Quênia, na Tanzânia e no

Uganda – igualmente associados a canais transnacionais das ADF.⁶⁰ Nesse mesmo ano, verificou-se uma movimentação de combatentes entre áreas controladas pelas ADF no leste da RDC e Cabo Delgado, assim como trocas de liderança militante com apoio logístico proveniente de Moçambique.⁶¹

Um pesquisador observa que “Entre 2010-2013 o garimpo e a imigração ilegais em Moçambique, abrangendo as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e da Zambézia, registou um inusitado número de imigrantes vindos dos Grandes Lagos (RDC, Uganda, Ruanda, Burundi), Corno de África (Somália, Quênia incluindo o Sudão e a Etiópia) e África Ocidental francesa (Mali, Costa do Marfim) que dominavam os circuitos de garimpo ilegal do ouro, rubis e de pedras preciosas com conexões com a Tailândia. Um dos pontos de saída era a República da Tanzânia, e em Moçambique eram os portos de Mocímboa da Praia e de Palma. Os problemas com os tanzanianos começaram quando o Estado moçambicano começou a realizar operações de limpeza e deportação de milhares de garimpeiros ilegais. Estas atividades rendiam milhares de milhões de dólares a essas redes compostas pelas seguintes partes operativas: i.) recrutamento e mobilização: nas regiões supramencionadas de pessoas interessadas e com habilidades para a atividade; ii.) extrativa: responsável pela formação e coordenação do processo de extração de minérios raros e preciosos em Moçambique; iii.) comercial: responsável pela venda nos circuitos mundiais do mercado negro daqueles produtos. Dos conflitos com as autoridades nacionais (a polícia sobretudo) que operavam em defesa das nomenclaturas envolvidas no negócio extrativo, surgiu a necessidade

59 United Nations Security Council. *Narrative Summary of Reasons for Listing: Allied Democratic Forces (ADF)*. 2013. <https://main.un.org/securitycouncil/en/sanctions/1533/materials/summaries/entity/allied-democratic-forces-%28adf%29>

60 Weiss, C., O'Farrell, R., Candland, C., & Poole, D. *Fatal Transaction: The Funding Behind the Islamic State's Central Africa Province*. George Washington University Program on Extremism, 2023. <https://extremism.gwu.edu/sites/g/files/zaxdzs5746/files/2023-06/fatal-transaction-final.pdf>

61 Ibid.

de criar condições para a defesa desta lucrativa atividade. Surge então a secção iv.) segurança: responsável pela segurança das rotas e das zonas de garimpo. Neste grupo há indivíduos da Tanzânia e insurgentes desligados dos diferentes grupos insurgentes em luta nos Grandes Lagos. Neste quesito a influência religiosa provém da Tanzânia e é usada para mobilizar as pessoas e criar uma área tampão entre o tráfico e os esforços do Estado de pôr cobro ao saque. Não se pode dissociar o conflito em Cabo Delgado desta complexa dimensão criminal e predadora dos recursos nacionais agravada pela já crónica incapacidade do Estado de realizar

os seus deveres na plenitude. Outro fator no processo de instabilidade no Norte de Moçambique é a componente tráfico de droga bastante ativa na costa Ocidental do Índico. “Em Moçambique aproveita-se da incapacidade do Estado e da alta permeabilidade das suas instituições para corromper a administração do Estado e círculos políticos que permitem a sua operacionalização. Por outro lado, as redes que se alimentam do garimpo e da imigração ilegal encontram-se com os que facilitam o tráfico da droga e tornam-se entidades com capacidade e recursos de tal sorte que os permite desafiar um Estado que ajudaram a enfraquecer.”⁶²

Datas, nomes e figuras importantes:

Período	Eventos/Atores	Detalhes
2017	Ligações iniciais	A ONU refere trocas de pessoal entre a ADF e a insurgência em Moçambique
Junho 2019	Filiação formal	Os insurgentes de Cabo Delgado juntam-se à ISCAP
2020	Treino e financiamento	Início de cooperação inter-fronteiriça por via de redes ligadas à ADF
Desde 2017	Efetivo	Insurgentes ativos estimam-se em 300-1000 homens
	<i>Abu Qassim</i>	Abu Yasir Hassan filiado antes da adesão ao ISCAP em 2019
	<i>Ibn Omar</i>	Boonomade Machude Omar filiado antes da adesão ao ISCAP em 2019

Em termos operativos o Estado Islâmico da Província da África Central (ISCAP), também conhecido como ISIS-Moçambique tem estado principalmente ativo nos distritos costeiros e centrais de Cabo Delgado, com o Parque Nacional das Quirimbas e arredores constituindo as principais áreas operacionais (partes do TON). O grupo expandiu as suas atividades para o sul, atingindo comunidades civis nos distritos de Chiúre e Mecúfi. As suas táticas incluem ataques a civis, pilhagens, destruição de propriedade e raptos. No final de 2019, o *Ansar Al Suuna*, em Moçambique, foi incorporado ao ISCAP. Consequentemente, a presença online do ISCAP começou a combinar imagens da República Democrática do Congo,

de Moçambique e da Somália, indícios de coordenação ou tentativas de unificar os três teatros. Além disso, os Estados-Membros observaram uma melhoria significativa na qualidade e no conteúdo dos materiais de propaganda, possivelmente indicativa de novos financiamentos e recursos do grupo. Um Estado-Membro relatou que as operações em Moçambique foram planeadas e comandadas a partir da República Democrática do Congo. Os militantes receberam treinamento em vários locais, incluindo Tanzânia, Sudão e Somália, e os primeiros membros foram radicalizados e treinados por antigos polícias moçambicanos, guardas de fronteira ou formadores do grupo jihadista somali *al-Shabaab*.⁶³

62 Entrevista anónima, junho de 2025.

63 Alden, C., & Chichava, S. *Cabo Delgado: 'Al Shabaab/ISIS' and the Crisis in Southern Africa*. Policy Center for the New South, 2021. https://www.policycenter.ma/sites/default/files/2022-01/PP_26-21_Ouassif-Seleman.pdf

O armamento do ISCAP evoluiu de ferramentas rudimentares, como facões, para armas mais sofisticadas, como AK-47, lançadores de granadas propulsionadas por foguetes (RPG) e metralhadoras (PK). Estas armas provêm maioritariamente de militares moçambicanos, incluindo as capturadas às autoridades em diferentes momentos. Em suma, a insurgência em Cabo Delgado tornou-se parte da Província da África Central do Estado Islâmico (ISCAP) por meio de um alinhamento ideológico gradual, uma marca operacional e uma relação de apoio - não uma fusão formal com termos definidos, mas um reconhecimento mútuo e integração na rede mais ampla do EI.

Sobre os termos e condições da filiação de facto, não existe nenhum acordo escrito conhecido, mas estes incluem:

- *Branding operacional*: os ataques locais são reivindicados sob a bandeira do ISIS;
- *Mensagens estratégicas*: utilização dos meios de comunicação do IS (Agência Amaq) e propaganda pró-ISIS para recrutamento e difusão da ideologia;
- *Ligação de comando*: Abu Yasir Hassan (moçambicano) coordena, alegadamente,

com a liderança do IS e tornou-se Emir do ISCAP-Moçambique, estando listado como terrorista global pelos EUA em 2021; Bonomade Machude⁶⁴ Omar, também conhecido como Ibn Omar (moçambicano), comandante sénior ligado a ataques importantes, como Palma em 2021; Yusuf Mberwa (tanzaniano), recrutador com ligação às redes na RDC;

- *Formação e apoio*: combatentes formados nos campos ADF-ISCAP (por exemplo, no leste da RDC ou através de intermediários tanzanianos);
- *Canais financeiros*: acesso ao financiamento por remessas através de redes da África Oriental (Quênia, Tanzânia, Somália) bem como cripto moedas e sistemas Hawala ligados às redes globais do Estado Islâmico.⁶⁵

Dessa forma, a insurgência em Cabo Delgado passou a atuar como ala moçambicana do ISCAP desde 2019, liderada por Abu Yasir Hassan e Abu Qassim, beneficiando-se da cobertura mediática, formação e canais financeiros, sem um estatuto formal, mas por meio do reconhecimento mútuo e como uma franquia local da marca do ISIS.

Período	Eventos/Actores	Detalhes
Outubro 2017	Início da insurgência	Primeiros ataques do <i>Ansar al-Sunna</i>
Meados 2019	Reconhecimento do EI	O EI assume ataques em Moçambique via a <i>Amaq News Agency</i>
Junho 2019	filiação ao ISCAP	Insurgentes reconhecidos como <i>ISCAP-Moçambique</i> e as <i>ADF/FDA ISCAP-RDC</i>
2020/2021	<i>Rebranding</i> da insurgência	Os insurgentes aumentam o uso da iconografia e táticas do EI

64 CJIMoz. "Bonomado Machude Omar ou Ibn Omar: o moçambicano nas lides terroristas na carnificina de Cabo Delgado." 14 de setembro de 2020. <https://cjimoz.org.mz/news/bonomado-machude-omar-ou-ibn-omar-o-mocambicano-nas-lides-terroristas-na-carnificina-de-cabo-delgado/>

65 Rousselle, A. *Combating Islamic State Finance: Somalia and Pan-African Nexus*. Global Network on Extremism and Technology, 2025. <https://gnet-research.org/2025/02/17/combating-the-islamic-state-finance-somalia-and-the-pan-african-nexus/>

INTERESSES ECONÓMICOS

A FRELIMO, tal como muitos partidos hegemónicos nos países vizinhos, garantiu a sua permanência política permitindo que a elite política lucrasse economicamente.

A administração do Presidente Armando Guebuza foi particularmente nefasta ao instaurar um nível de corrupção que se estendeu a atividades criminosas de contrabando de recursos naturais, lucrando com as rotas de trânsito de heroína da África Oriental e com contratos de defesa. Sob Guebuza, as empresas *Proindicus*, *Ematum* e *Mozambique Asset Management* estiveram no centro do escândalo das Dívidas Ocultas.⁶⁶ Filipe Nyusi continuou essa tendência, estendendo benefícios financeiros às elites políticas e de segurança, ao mesmo tempo em que cortejava empresas internacionais para investir e desenvolver os setores de combustíveis fósseis e minerais. Nos minerais críticos, a Austrália e os EUA alinharam-se na extração de grafite da mina de Balama, em Cabo Delgado, que possui uma das maiores reservas do mundo. A *Tesla*, a maior empresa de veículos elétricos do mundo, assinou um acordo para comprar mais de 80% da produção de Balama em 2025.⁶⁷ Outras explorações minerais estão sob o controlo da *Gemfields*, *Montepuez Ruby Mining (MRM)*, *Mwiriti*, *Triton Minerals*, *Grafex*, entre outras, incluindo empresas alinhadas com o Estado ruandês. A MRM, diretamente ligada aos interesses da elite Macondo à qual Nyusi pertence, representou 94% das receitas do país provenientes da exportação de pedras preciosas em 2023.⁶⁸ A *TotalEnergies*, a

Exxon e outros gigantes da indústria estão fortemente investidos na extração do gás natural.⁶⁹

A extração do gás ocorre tanto *offshore* quanto *onshore*. *Offshore*, na bacia do Rovuma, estão a Área 1 do Mozambique LNG Project, avaliado em \$24 mil milhões (liderado pela *Total*), a Área 4 do Coral LNG Project, avaliado em \$8 mil milhões (liderado pela *Eni* e a *ExxonMobil*), e o Rovuma LNG Project, avaliado em \$30 mil milhões, liderado pela *Eni*, a *Exxon*, e a *China National Petroleum Corporation*. *Onshore*, está em construção o Afungi LNG Park na península de Afungi (numa área de 70 quilómetros quadrados), onde estarão localizadas infraestruturas de apoio aos projetos de LNG. A *TotalEnergies* desenvolve a construção da central em Afungi, que ira acolher enormes instalações de processamento de GNL e infraestruturas de apoio, com direitos de utilização da terra partilhados pelos projetos Mozambique LNG e Rovuma LNG.⁷⁰ Centenas de famílias foram reassentadas a partir de 2019 para permitir a construção, que foi interrompida em 2021 devido a um violento ataque insurgente, mas retomada em 2023.

A ajuda militar ruandesa tem sido utilizada para promover acordos económicos em torno do fornecimento de bens e serviços ao sector

66 DW. "Mozambique: 'Hidden debt' trial exposes corruption." DW, 9 de janeiro de 2021. <https://www.dw.com/en/mozambique-hidden-debt-trial-exposes-depth-of-corruption/a-59052690>

67 Ngani. "Mina de grafite que abastece Tesla volta a operar em Cabo Delgado." Ngani, 19 de junho de 2025. <https://ngani.co.mz/economia/19/06/2025/mina-de-grafite-que-abastece-tesla-volta-a-operar-em-cabo-delgado>

68 360 Mozambique. "Montepuez Ruby Mining com segunda planta em 2025." 360 Mozambique, 2023. <https://360mozambique.com/business/mining/montepuez-ruby-mining-with-second-plant-in-2025>

69 TotalEnergies. "Mozambique." TotalEnergies. Acesso em 2025. <https://totalenergies.com/mozambique>

70 StopMozGas. "O caos da reassentamento continua no sítio de gás de Afungi." 14 de maio de 2025 <https://stopmozgas.org/pt/artigo/o-caos-da-reassentamento-continua-no-sitio-de-gas-de-afungi/>

de oil & gas. A *TotalEnergies*, a mais visível das multinacionais, justifica a preferência por empresas ruandesas alegando que estas apresentaram as “melhores propostas.” Várias empresas ruandesas operam nesse perímetro oferecendo serviços de segurança, construção civil e logística. A *TotalEnergies* impõe barreiras à certificação das empresas moçambicanas, enquanto as ruandesas são certificadas e aprovadas rapidamente, alimentando suspeitas de “troca de favores” entre Paris e Kigali. A multinacional justifica que as empresas ligadas a Kigali passaram por um “rigoroso processo de concurso”, apresentando “a oferta mais competitiva”, embora persista “questões sem resposta sobre os acordos entre Maputo e Kigali, relativos ao destacamento de segurança do Ruanda em Cabo Delgado”.⁷¹

No decurso do apoio militar nasceu o império empresarial ruandês, que se expandiu com o registo, a 11 de fevereiro de 2022, da *Macefield Ventures Mozambique*, detida 99% pela *Macefield Ventures*, braço internacional de *Crystal Ventures*, controlado pelo partido RPF, e 1% por Jean Paul Rutagarama, figura presente em quase todos os negócios da holding controlada pelo partido liderado por Paul Kagame.⁷² Seguindo o Boletim da República, a *Macefield Ventures Mozambique* tem por objetivo principal a gestão de empresas e negócios, gerindo subsidiárias

como a NDP, responsável por construções em Afungi, e a *Isco Security*, atuando na segurança local, assumindo missões que, de acordo com autoridades ruandesas, não constam do mandato das forças policiais e militares daquele país. A NDP, grande grupo de engenharia civil do Ruanda, é uma subsidiária da *Crystal Ventures*, alimentando a ideia de “uma porta sempre giratória entre os altos cargos do governo ruandês e a gestão da *Crystal Ventures*.”⁷³

A *Isco Global*, outra empresa ruandesa, estabeleceu subsidiárias em Moçambique desde 2021 nos setores de segurança, construção e mineração. A *Intersec Security Company*, empresa-mãe da *Isco Global*, criada em 1995, é subsidiária da *Crystal Ventures*. Em 2017, Kagame afirmou que a *Crystal Ventures* foi criada pela RPF para estimular a atividade económica numa altura em que poucas empresas estrangeiras investiam no país. O atual presidente executivo é Jack Kayonga, antigo responsável do fundo soberano do Ruanda.⁷⁴

A *Isco Security*, controlada também pelo partido no poder de Ruanda, foi contratada para proteger o gigantesco projeto de gás da *TotalEnergies* em Moçambique, três anos após a intervenção do exército ruandês na repressão da insurgência, mas “que protela derrotar quando claramente tem capacidade

71 Financial Times. “Total hands security contract for \$20bn Mozambique gas project to Rwandan state-linked business.” Financial Times, 17 de julho de 2024. <https://www.ft.com/content/d89e861c-3872-4649-afc5-9cb6f53a18d7>

72 Africa Intelligence. “Empresas ruandesas entram em Cabo Delgado.” Africa Intelligence, 23 de março de 2023. <https://www.africaintelligence.com/southern-africa-and-islands/2023/03/23/rwandan-businesses-pour-into-cabo-delgado%2C109926955-art>; Club of Mozambique. “TotalEnergies contrata empresas ligadas ao Estado ruandês para projeto de gás em Moçambique.” Club of Mozambique, 18 de julho de 2024. <https://clubofmozambique.com/news/totalenergies-hires-state-linked-rwandan-firms-for-mozambique-Ing-project-262088/>; The Africa Report. “Paul Kagame, Crystal Ventures e a nova diplomacia económica de Ruanda.” The Africa Report, 10 de maio de 2023. <https://www.theafricareport.com/301955/paul-kagame-crystal-ventures-and-rwandas-new-economic-diplomacy/>

73 Evidências. “Ruanda consolida sua ação ‘mercenária’, enquanto empresas próximas a Kagame facturam em Cabo Delgado.” Evidências, 9 de julho de 2024. <https://evidencias.co.mz/2024/07/09/ruanda-consolida-sua-accao-mercenaria-enquanto-empresas-proximas-a-kagame-facturam-em-cabo-delgado/>

74 Financial Times. “Total hands security contract for \$20bn Mozambique gas project to Rwandan state-linked business.” Financial Times, 17 de julho de 2024. <https://www.ft.com/content/d89e861c-3872-4649-afc5-9cb6f53a18d7>

e potencial para tal” refere um pesquisador.⁷⁵ A *TotalEnergies* confirmou que *Isco Segurança*, uma *joint-venture* entre a *Isco Global Limited* e uma empresa moçambicana local, presta serviços de vigilância desarmada, completando funções não previstas no mandato do apoio militar. Claude Nkubiraswanze, antigo Alto Comissariado do Ruanda em Moçambique, declarou ao *The Continent* (março, 2022): “O primeiro passo da ajuda é militar. Em segundo lugar está o desenvolvimento para a província de Cabo Delgado, com grande interesse das empresas ruandesas.”⁷⁶

A *Isco Global* detém 70% da *Isco Segurança*, de acordo com os registos corporativos datados de 24 de junho de 2022.⁷⁷ No entanto, argumenta que “aceita propostas de todos os empreiteiros que possam concorrer, incluindo os empreiteiros que têm presença no Ruanda ou são propriedade ruandesa” e “A *Isco Segurança* passou por um processo de *due diligence* seguindo as normas e não houve qualquer impedimento para trabalhar com as mesmas.” Segundo o Boletim da República de 4 de julho de 2022, a contraparte moçambicana na *Isco Segurança* é a Osman Yacob SGPS⁷⁸, de Mahomed Assif Osman, membro do Comité Central da FRELIMO. Assif Osman é empresário em Cabo Delgado “que opera no mercado e que naturalmente

tem bons contactos políticos. É um bom relações-públicas e consegue capitalizar essas boas relações para fins económicos”, refere o académico João Feijó.

A empresa *Radarscape* é outra subsidiária indireta da *Macefield Ventures*.⁷⁹ Seus contratos incluem um acordo de 2024 para construir uma central solar para o projeto de GNL em parceria com um grupo francês, confirmado pela *TotalEnergies*.⁸⁰ A *Macefield Ventures Mozambique* é acionista da *Radarscape Mozambique*, que em 2022 recebeu quase um milhão de dólares para a reabilitação de casas em Quitunda, próxima a Afungi.⁸¹ A holding também detém 90% da *Strofinare Moçambique*, após cessão de quotas em 1 de abril de 2022, a *Strofinare Mozambique, Limitada*, sociedade por quotas, aumentando o capital social de 20 mil para 10 milhões de meticais.⁸²

Segundo a jornalista Michela Wrong (entrevista no *Zitamar*), “O Ruanda tem um histórico de se beneficiar economicamente de suas intervenções militares.” Pelo menos parte da resposta agora parece aparente. “É compreensível que o governo do Ruanda tenha tido algum tipo de ganho com os investimentos feitos na segurança de Cabo Delgado”, disse ao *The Continent* e “pode ser que a forma de pagamento arranjada tenha

75 The Africa Report. “How Paul Kagame spins security & diplomatic web in Mozambique.”

The Africa Report, 15 de maio de 2023. <https://www.theafricareport.com/302113/rwanda-how-paul-kagame-spins-security-diplomatic-web-in-mozambique/>

76 Louw-Vaudran, L. *Coordination: Key to the Success of African Solutions for Mozambique (ISS Policy Brief 172)*. Institute for Security Studies, março de 2022. <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/pb-172-2.pdf>

77 MZ News. “Cabo Delgado: TotalEnergies contrata empresa de segurança ruandesa para projecto de 20 mil milhões de dólares.” 18 de julho de 2024. <https://mznews.co.mz/cabo-delgado-totalenergies-contrata-empresa-de-seguranca-ruandesa-para-projecto-de-20-mil-milhoes-de-dolares/>

78 Que fontes locais o referem como “muito próximo” do antigo Comandante-Geral da PRM Bernardino Rafael. E envolvido na logística da guerra no norte da província.

79 360 Mozambique. “TotalEnergies hands over security contract for \$20b gas project in Mozambique to Rwandan state-owned company.” 18 de julho de 2024 <https://360mozambique.com/oil-gas/lng/totalenergies-hands-over-security-contract-for-20b-gas-project-in-mozambique-to-rwandan-state-owned-company>

80 Ibid.

81 Zitamar News. “Rwandan company wins \$800k Mozambique LNG resettlement deal.” 16 de dezembro de 2022. <https://www.zitamar.com/rwandan-company-wins-800k-mozambique-lng-resettlement-deal>

82 Evidências. “Em três anos de operação, Kagame passou a controlar todos negócios de Palma.” *Evidências*, 21 de novembro de 2023. <https://evidencias.co.mz/2023/11/21/em-tres-anos-de-operacao-kagame-passou-a-controlar-todos-negocios-de-palma>

sido esta.” “Lamentamos”, acrescentou Edson Cortez, “que o conteúdo local seja novamente relegado a segundo plano, porque o trabalho que esta empresa vai realizar poderá ser feito por empresas moçambicanas que vão pagar impostos em Moçambique, e pagar salários aos moçambicanos... E se essa normalidade implica alimentar o conflito para deixar de fora os moçambicanos e confundir o Estado moçambicano? E se neste esforço alguns da nomenclatura forem coniventes?”⁸³ questionou o pesquisador por nós entrevistado. O *Institute for Security Studies* (ISS) coloca também os ruandeses nos rubis e na grafite.⁸⁴

Em 2024, o governo aprovou a adjudicação direta do Porto de Pemba à *Pemba Bulk Terminals* (PBT).⁸⁵ Os principais acionistas são o *Grupo Renco* italiano, representado pela moçambicana *CD Properties* (80%),

e uma *joint venture* entre a ENH e CFM (20%). Atualmente, nenhum porto da África Oriental possui infraestrutura ou capacidades logísticas semelhantes. A *Renco* colabora com autoridades provinciais para integrar PMEs locais na cadeia de abastecimento, beneficiando setores de construção, transportes e hotelaria. Por via da Base Logística de Pemba (BLP), os italianos garantem participação no *supply chain* logístico do *oil & gas* em Cabo Delgado, enquanto áreas adicionais permanecem por explorar (Áreas 1 a 4).

Para proteger estes e outros interesses económicos, o governo aprovou leis que conferem amplos poderes às forças de defesa e ao Estado, em detrimento de direitos civis e políticos, criando barreiras ao acesso à informação.

ANÁLISE DAS LEIS ANTITERRORISMO

Moçambique entra este ano no oitavo ano desde a eclosão de ataques terroristas em Cabo Delgado.

A atual legislação em vigor é a lei n.º 15/2023, que estabelece o *Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa*, revogando a anterior Lei n.º 13/2022, de 8 de julho.⁸⁶ A Lei n.º 13/2022 tinha sido aprovada apenas com votos favoráveis da bancada da FRELIMO, dado que a oposição considerava que a mesma

visava restringir a liberdade de expressão dos cidadãos. O ponto 2 do artigo 20º estabelecia que “aquele que, sendo moçambicano, estrangeiro ou apátrida, residindo ou encontrando-se em Moçambique, fizer ou reproduzir publicamente afirmações relativas a atos terroristas, que sabe serem falsas ou grosseiramente deformadas, com intensão de criar pânico, distúrbio, insegurança, desordem

83 The Africa Report. “How Paul Kagame spins security & diplomatic web in Mozambique.” 15 de maio de 2023. <https://www.theafricareport.com/302113/rwanda-how-paul-kagame-spins-security-diplomatic-web-in-mozambique/>

84 ISS Today. “Rwanda expands its protection of Mozambique’s natural resources.” Institute for Security Studies. <https://issafrica.org/iss-today/rwanda-expands-its-protection-of-mozambiques-natural-resources>

85 No *Africa Business Index* 2020 Moçambique ocupa a 24ª posição e 138ª a nível global. A instalação da PBT- *Pemba Bulk Terminals* foi realizada em tempo recorde. Quer o seu agendamento e aprovação pelo Conselho de Ministros como os passos subsequentes denotaram uma urgência fora do comum ilustrativa dos interesses envolvidos.

86 Banco de Moçambique. *Lei n.º 15/2023*. Boletim da República. https://www.bancomoc.mz/media/z5ubezms/lei-n-15_2023-lei-terrorismo.pdf

pública é punido com penas de 2 a 8 anos de prisão.”⁸⁷

Um ano após a sua aprovação, a lei foi revista novamente pelo Parlamento. O processo legislativo foi controverso, já que algumas entidades securitárias – em particular a Polícia da República de Moçambique (PRM) – disputaram o protagonismo, chegando mesmo a minar o esforço de elaboração da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo, conduzida pelas três entidades que superintendem as Forças de Defesa e Segurança.

Este contexto institucional foi marcado por rivalidades e disputas de influência, mais orientadas por interesses corporativos e políticos do que pela necessidade de cooperação eficaz em prol do Estado. Num ambiente político altamente influenciado por dinâmicas de facção e tribalismo, tais disputas prejudicaram a eficiência do Estado em momentos cruciais no combate ao terrorismo.⁸⁸ A legislação antiterrorismo é complementada pela Lei n.º 14/2023, de 28 de agosto, que estabelece o *Regime Jurídico e as Medidas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo*⁸⁹, revogando a Lei n.º 11/2022, de 7 de julho. Embora mencione a proteção dos direitos civis no seu artigo 5.⁹⁰, na prática tais direitos não são garantidos nem protegidos, sendo

frequentemente violados pelas FDS e por autoridades político-administrativas, sobretudo contra jornalistas, ativistas da sociedade civil e cidadão que questionam instituições públicas em zonas afetadas pelo conflito.

Contexto da adoção da lei

Em outubro de 2022, Moçambique foi colocado na lista cinzenta (*Grey List*) do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) devido a deficiências estratégicas no combate ao *i.)* branqueamento de capitais; *ii.)* financiamento ao terrorismo e *iii.)* proliferação de armas de destruição em massa. Ainda em 2021, a *Western Union* suspendeu os seus serviços em Cabo Delgado, enquanto estudos – como o relatório de Amanda Lucey e Jaynisha Patel para o *Institute for Justice & Reconciliation* (IJR)⁹¹ – apontaram que serviços de transferência de dinheiro móvel estavam a ser usados para financiar a insurgência jihadista no norte do país. O *grey listing* de Moçambique insere-se num contexto em que o país é assolado por ataques terroristas em Cabo Delgado. Outros países africanos, igualmente afetados por ataques terroristas ou onde se registam atividades de financiamento ao terrorismo, também foram colocados na lista cinzenta: República Democrática de Congo (RDC), Mali, Nigéria, Burkina Faso, África do Sul, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda.

87 Ibid.

88 As rixas abertas são conhecidas nos círculos castrenses, securitários, políticos e jornalísticos, as *birras* do CEMG António Ribas Mangrassse com Jaime Manuel Bessa Neto MDN (2020-2021) e as *diatribes* de Bernardino Rafael no Ministério do Interior, para com Amade Miquidade (2020-2021), Arsénia Massingue (2022-2023) e Pascoal Ronda (2023-2024) sucessivos ministros do interior no segundo mandato de Nyusi (2020-2024). Dizia-se abertamente que Bernardino é quem escolhia os ministros. De facto, foi quem escolheu Ronda. Nyusi confiava mais nos operativos (CEMG e CGP) do que nos políticos. Os operativos, na perspectiva de interesses de grupo operacionalizavam e executavam os planos pessoais do Chefe e do conclave de que Bernardino é parte chave.

89 Boletim da República. N.º 166. I Série. Segunda-feira, 28 de Agosto de 2023.

90 “1. O disposto na presente Lei não se aplica à conduta individual ou colectiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou categoria profissional, movidos por propósitos sociais ou reivindicativos protegidos por lei, visando contestar, criticar, protestar ou apoiar com o objectivo de defender direitos, garantias e liberdades legais e constitucionais. 2. O disposto no número 1 do presente artigo, não isenta de responsabilidade penal a prática de actos contrários à lei, que não tenham como objectivo defender direitos, garantias e liberdades legais e constitucionais.” Idem.

91 Independent Journalism Review. *Mozambique Report*. https://www.ijr.org.za/home/wp-content/uploads/2022/01/800543-IJR-Mozambique-Report_WEB.pdf

Este enquadramento internacional levou o governo moçambicano a aprovar legislação mais restritiva. Assim, surgiu a Lei n.º 13/2022, que estabelecia o regime jurídico relativo à prevenção, repressão e combate ao terrorismo, posteriormente reforçada por outros pacotes legislativos. Em junho de 2022, o projeto de emenda foi submetido ao Presidente Filipe Nyusi após aprovação parlamentar. O projeto incluía a criminalização, com penas de dois a oito anos de prisão, de quem reproduzisse publicamente informações falsas relacionadas a atos terroristas.

O *Media Institute for Southern Africa* (MISA) criticou a lei, alertando para a ameaça à liberdade de imprensa. Considerou que a criminalização da divulgação de informações classificadas penalizava jornalistas e cidadãos comuns, mas não responsabilizava os funcionários públicos detentores do dever de guardar segredos de Estado. A organização também se opôs à cláusula relativa às informações falsas, argumentando que a sua redação era ambígua e tinha potencial para ser aplicada de forma arbitrária – o que, recorrentemente, acontece. Na segunda leitura, a Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos ajustou o texto, restringindo criminalização apenas a servidores públicos e mantendo, no entanto, a pena de prisão informações falsas.

O artigo 19.º estipula no seu n.º 1 que “aquele que por qualquer meio, divulgar informação classificada no âmbito da presente Lei, é punido com a pena de prisão de 12 a 16 anos.”⁹² O n.º 2 determina que a difusão intencional de informações falsas sobre atos terroristas é punida com 8 a 12 anos de prisão. Esta formulação apresenta-se bastante subjetiva e passível de diversas interpretações quanto à noção de “falsidade” da informação veiculada sobre uma presumível ação terrorista.

De facto, e objetivamente, a veracidade sobre um presumível ato terrorista é verificável.

Todavia, o mesmo não se pode dizer da “suscetibilidade” de ocorrência, porque esta resulta de inferências, percepções em função do contexto, do ambiente e dos dados à disposição do enunciador da informação. Esta é precisamente a natureza do debate em qualquer matéria: analisar, inferir, alertar, etc., sendo que tais inferências podem vir a confirmar-se ou não. Mantendo-se a redação tal como proposta, estar-se-ia a assumir a proibição expressa do debate em torno do terrorismo e de qualquer fenómeno a ele associado. Outrossim, o “conhecimento da intencionalidade” do enunciador da informação potencialmente falsa é igualmente problemático, por abrir espaço a múltiplas leituras. Portanto, estas normas, a serem aprovadas na forma ambígua em que estão formuladas, criarão um amplo espaço para que o exercício do direito à informação, da liberdade de expressão e de imprensa, consagrado no artigo 48.º da Constituição da República, seja limitado, dando azo a arbitrariedades por parte de quem, revestido de poderes e competências de coerção, pretenda obstruir ou impedir o desenvolvimento das atividades dos media, bem como dos ativistas sociais, defensores dos direitos humanos e organizações da sociedade civil.

As normas em questão constituem um enorme retrocesso face aos ganhos alcançados com a aprovação da Lei n.º 34/2014, de 31 de dezembro (Lei do Direito à Informação) e do respetivo regulamento, aprovado através do Decreto n.º 35/2015, de 31 de dezembro, os quais são ousados do ponto de vista da ampliação do exercício do direito à informação e direitos conexos, para além de melhor enquadrarem as restrições ao exercício do direito à informação e da liberdade de imprensa em conformidade com a Constituição da República, estabelecendo de forma mais clara o que se pode considerar informação classificada. Em nenhum momento, a classificação da informação deve ser imputada ao cidadão, e muito menos ao jornalista, não lhes podendo ser atribuída

92 Banco de Moçambique. *Lei n.º 15/2023*. Boletim da República. https://www.bancomoc.mz/media/z5ubezms/lei-n-15_2023-lei-terrorismo.pdf

a responsabilidade pela sua publicação. O MISA entende que não restam dúvidas quanto a relevância deste instrumento legal, mas sustenta que a revisão deve servir para conformar o dispositivo com a Constituição da República e a demais legislação atinente aos media, tendo sempre presente a ampliação de direitos e liberdades, e não o seu oposto.

Casos de Utilização Abusiva das Leis Antiterroristas

A lei tem sido abusada de várias formas, o que deriva de uma gritante falta de *accountability* institucional no Estado. As entidades não se responsabilizam e agem como se fossem a própria lei, em vez de se assumirem como instrumentos constitucionalmente obrigados a fazê-la cumprir. Esta cultura/tradição institucional, permite, por exemplo, os seguintes excessos por parte das forças de segurança:⁹³

Detenção sem culpa formada: Após a detenção, os jornalistas são despojados dos seus pertences pessoais e de trabalho, e impedidos de contactar os seus familiares e/ou colegas para os procedimentos subsequentes, quer para a formalização da detenção, quer para as *démarches* conducentes à sua libertação. Em Moçambique, a regra/estratégia é “prender para julgar.” E isto, mesmo num Estado que se reclama de direito pleno⁹⁴, é chancelado. Basta a opinião de um agente da polícia para que alguém seja privado da liberdade. Este é das principais fraquezas institucionais da polícia e um dos mais visíveis excessos e abusos policiais, constituindo flagrantes atropelos à lei.

Sevícias físicas e tortura psicológica a detidos: Uma vez detidos, os profissionais ou cidadãos

são alvo de maus-tratos físicos e psicológicos por parte dos militares, policiais ou outras entidades, como forma de obtenção de confissão de culpa relativamente à sua alegada atividade subversiva. Embora não se trate de uma prática generalizada, faz parte da forma como as autoridades policiais lidam com a imprensa fora de Maputo.

Bloqueio de informações: O bloqueio encobre o secretismo doentio das instituições políticas, administrativas e securitárias, que, na prática, escondem tudo de forma a poderem gerir de maneira danosa os recursos públicos.

Raros são os jornalistas que ousam aventurar-se na Região Militar Norte, e em particular destaque no TON, desde que dois repórteres locais da rádio e televisão Nacedje, de Macomia – Amade Abubacar e Germano Daniela Adriano – foram detidos pelo exército durante vários meses, sem notas oficiais ou qualquer procedimento legal, em vigor ou extinto, no início de 2019. Foram arbitrariamente detidos, sem culpa formada ou acusação formal. Libertados há um ano, ambos foram processados por disseminar mensagens “prejudiciais às forças armadas de Moçambique”. O bloqueio de informações e as detenções arbitrárias de jornalistas nessa região explicam, em grande parte, a queda de Moçambique no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa dos Repórteres Sem Fronteiras (RSF), tendo o país perdido 18 posições desde 2015. Em 2019, ocupava já a 103.^a posição, num total de 180.⁹⁵

A justificativa das autoridades (militares e policiais) é que os jornalistas não têm autorização para realizar o seu trabalho. Recorrentemente, as Forças de Defesa e

93 Nos excessos pontua em ordem a PRM - Polícia da República de Moçambique, a par com o SERNIC - Serviço Nacional de Investigação Criminal e ocasionalmente, em contextos específicos, as FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique. O TON tem sido um ensaio da forma como as FADM tratam os direitos fundamentais do cidadão e dos profissionais de comunicação social. Já a PRM e o SERNIC são campeões em desmandos e abusos. O SISE é uma interessante excepção quer pela natureza da entidade. Os abusos que se tenham reportado resultam de excessos ou desvios comportamentais e não de uma estratégia operativa *per se*.

94 Procuradoria, Tribunais, advogados, grupos de defesa de direitos humanos, grupos sócio profissionais e organizações da sociedade civil.

95 Reporters Without Borders. *RSF Index 2019*. <https://rsf.org/en/index?year=2019>

Segurança usam este subterfúgio burocrático, superlegalista ou mesmo autoritário – o não reconhecimento dos documentos exibidos, as chamadas “credenciais” – para impedir os profissionais de trabalhar, ou seja, de recolher informações, que é precisamente o que faz um jornalista no terreno, sobretudo numa zona de guerra, que se estende por todo o TON e, por excesso de interpretação, por todo o Norte de Moçambique. Assim, a coberto deste subterfúgio interpretativo, os jornalistas são interpelados por policiais, militares, autoridades político-administrativas e, com base nisso, podem ser detidos para averiguações durante longos períodos. Outra situação não menos flagrante é a proibição de registo de imagens de qualquer operação militar ou policial, ou ainda de agentes das FDS que circulem mesmo entre a população.

Nas suas declarações sobre os casos de detenção de profissionais da informação, os porta-vozes, locais ou nacionais, das instituições afirmam que os detidos estavam a violar a lei ao trabalhar (recolher informações) ou ao registar imagens numa zona de guerra. Prometem trazer mais informações sobre o assunto e, de seguida, nunca mais respondem ao tema.

Em 19 de fevereiro de 2024, Valige Tauabo, governador de Cabo Delgado, sugeriu que os jornalistas “estavam aliados aos insurretos”⁹⁶. No mesmo dia, uma publicação online, *Notícias de Defesa*, trouxe um artigo assinado por Anselmo Chalanhane que advertia sobre “comunicações subversivas para as Forças Armadas de Defesa de Moçambique”, salientando ainda que “existem leis contra a difamação das forças armadas.” É difícil não interpretar isto como uma ameaça direta aos jornalistas. As ameaças não se circunscreveram apenas aos jornalistas. Pesquisadores e outras pessoas

que manifestassem interesse profissional pelo conflito em Cabo Delgado, mas que se afastassem da narrativa oficial, foram igualmente alvo de assédio por parte do sistema.

Em entrevista para este relatório, o académico e pesquisador do Observatório do Meio Rural (OMR), João Feijó, falou sobre ameaças veladas através da rede social Facebook, por escrever sobre o conflito em Cabo Delgado. Declarou: “O Egídio Vaz fez um post no Facebook a acusar-me de receber dinheiro dos alemães para provocar um conflito étnico em Moçambique. Na sequência muita gente veio com comentários instigadores para me darem uma lição.”⁹⁷ As ameaças de Egídio Vaz (deputado da FRELIMO e estratega de comunicação) foram também direcionadas a publicações estrangeiras, como o jornal sul-africano *Daily Maverick*, quando este reportou sobre uma “lista de compras” apresentada por governantes moçambicanos durante o encontro do órgão da defesa da SADC em Gaborone, em novembro de 2020. Vaz afirmou: “Esta notícia caluniosa é do The Daily Maverick, um grupo associado ao capital industrial branco, estava muito interessado nesta lista de compras”. Trata-se de pessoas interessadas nesta insurreição... porque querem lucrar com ela. ... Não tendo conseguido, ele (Daily Maverick) ficou frustrado.” O comentário foi publicado no site *Notícias de Defesa* (em inglês), entretanto retirado do ar. Vaz acrescentou ainda: “Foi bom que Moçambique não tenha apresentado uma estratégia concreta na (reunião). Primeiro, porque essa estratégia cairia depois nas mãos de inimigos como o Daily Maverick. Ficou provado que aquela reunião era porosa, cheia de gente que não guarda segredos. Imaginem se Moçambique tivesse entregue uma estratégia dessas, estaria nos jornais no dia seguinte, acessível até aos terroristas.”

96 Tauabo começou a sua carreira política como Administrador de Palma em 2019, sendo eleito Governador de Cabo Delgado no mesmo ano e reeleito em 2024. Valige Tauabo foi associado ao contrabando de drogas nos anos 2000, e hoje é um ator de peso na província. Integrity Magazine. “Arquivo 22938.” <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/22938> Zumbo FM. “Cabo Delgado: Governador acusa jornalistas da província de ter acordos com terroristas.” <https://zumbofm.com/index.php/noticias/item/5785-cabo-delgado-governador-acusa-jornalistas-da-provincia-de-ter-acordos-com-terroristas>

97 Entrevista Maputo 2025

Estas palavras são perigosas num país como Moçambique, onde os jornalistas já são perseguidos pela polícia e pelas forças do governo. Trata-se de um tipo de comentário com potencial para influenciar forças antidemocráticas e criminosas a visar jornalistas, com o objetivo de puni-los ou silenciá-los. Para agravar a situação, alguns meios de comunicação social procuram oferecer favores ou agir em defesa do governo, sendo comum a publicação de artigos ou peças atacando jornalistas com acusações de “falta de patriotismo.”

As Vítimas

Nos últimos anos, vários jornalistas, ativistas e personalidades independentes em Moçambique têm sido raptados, detidos arbitrariamente ou mortos, sem que as autoridades responsabilizem ou levem à justiça os seus autores. No dia 27 de março de 2018, o jornalista e comentador televisivo Ericino de Salema foi raptado, espancado e abandonado inconsciente na Estrada Circular de Maputo, em Marracuene. O jornalista sofreu graves ferimentos nos membros superiores e inferiores e teve de ser submetido a cirurgias. A 15 de dezembro de 2018 registaram-se as primeiras detenções de jornalistas e pesquisadores em Cabo Delgado. O fotojornalista Estácio Valói, o pesquisador David Matsinhe, da *Amnistia Internacional*, e o seu assistente foram libertados ao fim de três dias (18 de dezembro). Os três estiveram sob custódia dos militares por cerca de 48 horas, depois de trabalharem na região entre Palma e Mocímboa da Praia – zonas de forte atividade insurgente.

Os jornalistas Amade Abubacar e Germano Adriano, respetivamente repórter e o cameraman da TV de Macomia, foram detidos a 5 de janeiro de 2019 no distrito de Macomia e posteriormente encaminhados para um

quartel militar em Mueda, onde ficaram dez dias antes de serem transferidos para a cadeia de Mize, a maior penitenciária da província. Durante uma visita da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), Abubacar relatou que ambos tinham sido torturados pelos militares. Restituídos à liberdade sob termo de identidade e residência quatro meses depois, o caso atraiu atenção internacional. O Ministério Público acusou Amade de violar segredos de Estado e incitar à desordem, enquanto o MISA considerou a acusação um reflexo de desconhecimento sobre trabalho jornalístico. Amade foi mantido incomunicável nas primeiras semanas de prisão preventiva, privado de direitos básicos, segundo relatos do MISA e de outras organizações. Ambos só foram formalmente acusados em 16 de abril de 2019 e, passados quase seis anos, continuam a aguardar julgamento em liberdade.⁹⁸

O jornalista editor Matias Guente, do semanário *Canal de Moçambique* e do diário digital *CanalMoz*, foi vítima de uma tentativa de rapto em 31 de dezembro de 2019, acabando internado após ser espancado por três homens armados. Os atacantes seguiam numa viatura e viram o seu objetivo frustrado graças à intervenção de moradores que gritaram.⁹⁹ Em abril de 2020, o jornalista Izidine Acha, do canal privado STV, foi preso em Pemba quando cobria uma operação policial. Libertado horas depois, foi forçado a apagar imagens e ordenado a não revelar nada sobre a detenção. No mesmo mês desapareceu Abu Mbaruco, jornalista da Rádio Comunitária de Palma. O último vez contacto com a família foi a 7 de abril, quando disse estar a ser “cercado por militares.” Nunca mais foi visto, e não há indícios de investigação eficaz por parte da Procuradoria-Geral da República.

Em 23 de agosto de 2020, um incêndio destruiu as instalações do *Canal de*

98 Diário de Notícias. “Jornalista celebra aniversário em prisão de Moçambique sem libertação pedida pela ONU.” 19 de fevereiro de 2019. <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/jornalista-celebra-aniversario-em-prisao-de-mocambique-sem-libertacao-pedida-pela-onu-10593520.html>

99 RTP. “Tentativa de rapto de editor executivo do semanário Canal de Moçambique em Maputo.” RTP Notícias, 31 de dezembro de 2019. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/tentativa-de-rapto-de-editor-executivo-do-semanario-canal-de-mocambique-em-maputo_n1195134

Moçambique. A publicação, propriedade da *Canal I Lda*, detentora das marcas/publicações *Canal Moz* e *Canal de Moçambique*, duas das mais interventivas publicações nacionais na denúncia de desmandos oficiais. O jornal era conhecido por denúncias de negócios da guerra em Cabo Delgado, incluindo contratos entre petrolíferas internacionais (Anadarko e Eni) e os Ministérios da Defesa e do Interior, que envolviam figuras como Atanásio M'tumuke e Basílio Monteiro. Os documentos expostos pela reportagem apontavam para comportamentos desviantes, em termos de procedimentos do aparelho do Estado, dos ministros referidos. M'tumuke chegou mesmo a mover um processo contra a publicação.

Outro caso de grande notoriedade foi a expulsão do jornalista britânico Tom Bowker, fundador da *Zitamar News*. Bowker chegou a Moçambique como correspondente da *Bloomberg* de Londres e, anos mais tarde, desvinculou-se da entidade para fundar a plataforma informativa *Zitamar News*. Em 2016, solicitou a alteração do cartão de correspondente da *Bloomberg* para passar a ser correspondente residente da *Zitamar News*, entendida, à época, como sendo uma agência noticiosa com sede em Londres – revelando, contudo, a incapacidade do Gabinete de Informação (Gabinfo) em averiguar devidamente a veracidade das informações apresentadas. Em 2019, Bowker pediu a renovação da acreditação como correspondente residente da *Zitamar News*, para continuar a exercer a profissão. Com base nessa acreditação, o Ministério do Interior (MINT), através do Serviço Nacional de Migração (SENAMI), emitiu-lhe o DIRE (autorização de residência) em seu nome e também para os seus filhos. O Gabinfo, que assessora o Governo, revelou que, numa reunião realizada em dezembro de 2020 com o jornalista, para esclarecer dúvidas sobre a legalidade da *Zitamar News*, Bowker admitiu

empregar dois jornalistas moçambicanos não acreditados pelo Gabinfo, além de colaborar com uma cidadã sul-africana igualmente não reconhecida. De acordo com o Gabinfo, “Na referida reunião, o senhor Thomas Andrew Bowker afirmou que a *Zitamar LP* é uma empresa que tem como sócios, ele e sua esposa. Ou seja, Bowker é correspondente de uma publicação da qual é proprietário”, afirma o Gabinfo, para quem “todas as evidências, até aqui reunidas, mostram que não existe uma ligação nem prova documental entre a *Zitamar LP* (empresa) e *Zitamar News* (*órgão de comunicação social*), ou seja, a *Zitamar News* é inexistente, tanto na Inglaterra, assim como em Moçambique, pelo que, de acordo com as normas moçambicanas, não é permitido corresponder para um órgão de informação com inexistência legal.”¹⁰⁰

Bowker foi expulso de Moçambique em fevereiro de 2021, acusado de dar demasiada visibilidade ao conflito em Cabo Delgado. Contudo, a expulsão assentou, na prática, num recurso administrativo simples, como referiu o comunicado do Gabinfo na época: “diferentemente de outras agências noticiosas, que têm sede num determinado país e correspondentes em vários países do mundo, incluindo Moçambique, a *Zitamar News* tinha como sede o nosso país e vinha produzindo e editando os seus conteúdos informativos a partir de Maputo, o que contraria o espírito da Lei na qual assenta a qualidade correspondente de um órgão de comunicação social estrangeiro.”¹⁰¹

Durante o Caso Bowker, o *blogger* próximo do poder, Egídio Vaz Raposo, considerado uma espécie de “eminência parda” do Nyusismo, pediu publicamente a sua expulsão devido ao trabalho sobre a guerra em Cabo Delgado. Esta foi a primeira expulsão de um jornalista estrangeiro em mais de 30 anos. Bowker, entretanto, alegou que a ordem de expulsão, provinda do Ministério do Interior, tinha “motivações políticas”.

100 Carta de Moçambique. “GABINFO ‘esclarece’ os motivos da expulsão do jornalista britânico.” Carta de Moçambique, 1 de fevereiro de 2021. <https://cartamz.com/politica/11680/7144-gabinfo-esclarece-os-motivos-da-expulsao-do-jornalista-britanico/>

101 Ibid.

Embora formalmente estivesse em causa a ausência de documentos comprovativos da existência legal da *Zitamar*, escrita em inglês e conhecida por acompanhar a atualidade moçambicana – em especial a área económica – e por ganhar notoriedade mundial através da cobertura da insurgência em Cabo Delgado, o Gabinfo já lhe havia retirado o cartão de jornalista, alegando os mesmos motivos, interpretados por muitos como políticos.

Em novembro de 2022, Arlindo Chissale, fundador da plataforma *Pinnacle News*, foi detido no distrito de Balama. A Procuradoria Provincial de Cabo Delgado acusou o jornalista de “recolha de informação para atos de terrorismo”¹⁰², equivalente a espionagem a favor dos terroristas. A sua detenção gerou forte reação do MISA-Moçambique, que emitiu um comunicado condenando o ato e exigindo a libertação imediata de Chissale – o que veio a acontecer após a contratação de um advogado. No entanto, desde 7 de janeiro de 2025, Chissale está dado como desaparecido. O último contacto com a família data desse dia, quando afirmou estar na aldeia Silva Macua.

Há, claramente, um contexto de violência em torno do conflito em Cabo Delgado, que concedeu ao sistema uma espécie de “carta branca” para agir contra profissionais – sobretudo jornalistas – e pessoas que

desenvolvessem uma abordagem diferente da narrativa oficial, ou que questionassem o Estado sobre processos considerados dúbios. No teatro de guerra, as detenções e desaparecimentos conhecidos incluem assim: Estácio Valói (2018), Amade Abubacar (janeiro de 2019), Germando Adriano (2019), o desaparecimento de Ibrahimo Mbaruco (2019), e Arlindo Chissale (novembro de 2022 e desaparecido desde janeiro de 2025).¹⁰³ No caso Mbaruco, as investigações das autoridades terminaram inconclusivas: não se sabe se está vivo ou morto, se foi raptado ou morto pelos militares que o cercavam na altura da sua última comunicação. O caso foi arquivado.

Quase todos os jornalistas presos ou desaparecidos eram trabalhadores de redes comunitárias de comunicação: Amade Abubacar (*Rádio Comunitária de Macomia*), Germando Adriano (*Rádio Televisão de Televisão de Macomia*), Ibrahimo Mbaruco (*Rádio Comunitária de Palma*), Arlindo Chissale (*Pinnacle News*). Tom Bowker recorria frequentemente ao trabalho destes profissionais, chegando a amplificar os conteúdos do *Pinnacle News* na *Zitamar News* para o público anglófono. De alguma forma, pode-se considerar que os jornalistas fora da capital se tornaram alvos fáceis do aparelho securitário e político; ao mesmo tempo que eram vítimas dos terroristas, por exporem os horrores da sua actuação. Neste estado de coisas, quem os protege?

102 Esquerda.net. “Moçambique aperta cerco a jornalistas.” Esquerda.net, 10 de novembro de 2022. <https://www.esquerda.net/artigo/mocambique-aperta-cerco-jornalistas/83661>

103 Nhantumbo, Armando. *A guerra contra o jornalismo em Cabo Delgado*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2024. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2024/11/CD_A-guerra-contra-o-jornalismo_Armando-Nhantumbo-.pdf

CONCLUSÃO

“O nosso objetivo é a paz, a segurança, a estabilidade (económica, social e política) para que juntos continuemos a desenvolver o nosso país”, declarou o Presidente Chapo à imprensa no fim de mais um dia de diálogo político entre os partidos parlamentares em janeiro 2025.

As palavras de Daniel Chapo, embora nobres, revelam-se em certa medida vazias de intenção, pois a realidade política e socioeconómica em Moçambique conta uma história muito diferente. Hoje, Moçambique é um país mais desigual, repressivo, menos livre, marcado pelo crime organizado e por sindicatos partidários que alimentam a ilegalidade. É um país onde os interesses económicos da elite política da FRELIMO se cruzam com os interesses estrangeiros de grandes multinacionais e de países em busca da estabilidade energética, a um custo ambiental, humano e económico muito alto para os moçambicanos. A entrada do Ruanda, da Rússia, a presença da Tanzânia e as operações de vários grupos armados não estatais alimentam um ciclo de securitização que dificilmente resultará numa paz duradora em Cabo Delgado ou numa redistribuição económica das riquezas do Norte em benefício dos setores mais necessitados, como a educação, a saúde e a criação de emprego. Pouco se sabe sobre a contratação e as condições negociadas com empresas estrangeiras. A guerra em Cabo Delgado tem servido de cobertura para estas dinâmicas sombrias e nefastas. O silêncio imposto e a “guerra” contra a imprensa e jornalistas que procuram a verdade no Norte são demonstrativos da impunidade, da violência e da instrumentalização da lei.

Em vez de tentar atribuir as culpas aos meios de comunicação social, o governo faria melhor se começasse a fornecer informação credível sobre a guerra em Cabo Delgado. Desde o início do conflito, muito pouca informação oficial de qualidade tem sido divulgada aos órgãos de comunicação. Os *briefings* são praticamente inexistentes e as perguntas dos jornalistas têm sido, em geral, ignoradas.

Nas raras ocasiões em que foram divulgadas informações, estas surgiram acidentalmente, no decurso de uma declaração presidencial ou de uma visita guiada oficial à zona de guerra. As autoridades dizem sobre este conflito o que querem que se saiba, e não o que realmente acontece no teatro operacional. O triunfalismo oficial, mal digerido, é frequentemente usado pelos insurgentes para reforçar a sua aura de invencibilidade. Estes reaparecem mesmo depois de terem sido dados como derrotados. Só recentemente oficiais militares, funcionários do Ministério da Defesa e administradores distritais começaram, timidamente, a comentar a situação. Mas ainda há um longo caminho a percorrer. É notório o esforço oficial, e de alguns círculos políticos, de silenciar jornalistas que operam fora dos circuitos normalizados e aceites pelo *establishment*.

É também legítimo afirmar que, em Moçambique, a incipiência da oposição transforma a sociedade civil e a imprensa em atores politicamente ativos, não apenas na perspectiva de participação cidadã (*watchdogs & guide dogs*), mas também como atores políticos, ao interpelar, questionar e denunciar os desmandos do Estado e de instituições administrativas, legislativas, judiciárias, securitárias e políticas no país. Assim, os poderes e seus representantes tendem a ver a imprensa e a sociedade civil como adversários políticos cuja ação deve ser controlada ou cerceada. Não é menos verdade que alguns profissionais da imprensa e ativistas da sociedade civil, nos últimos anos, têm ingressado em partidos políticos, incluindo no partido no poder, por consciência e decisão individual. Isso não os transforma em alvos a abater, mas em adversários a respeitar no contexto democrático nacional.

Porém, a coação, a ameaça velada ou aberta, e as sevícias psicológicas e físicas têm ocorrido, agravando o clima de instabilidade nos círculos jornalísticos e na sociedade em geral. Agredir um jornalista é agredir a sociedade, o direito fundamental de expressão, de opinião e de acesso à informação. Infelizmente, parece que o clima de medo em que trabalham os jornalistas em Moçambique só tende a piorar. O governo insiste na abordagem oficiosa e propagandística dos últimos anos para “mostrar serviço” no que chama de “fases da reconstrução de Cabo Delgado e retoma da normalidade”, mobilizando para tal os seus órgãos oficiais: Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Moçambique (RM) e o jornal Notícias. Quando agências internacionais entram em cena – incluindo os meios de propaganda do Ruanda –, os departamentos de comunicação de organismos humanitários internacionais do Sistema das Nações Unidas apresentam factos relevantes em peças, reportagens e comunicados, despertando o interesse internacional sobre as dinâmicas e dimensões do conflito. Isso tem impulsionado exponencialmente a produção de pesquisas académicas e de diferentes naturezas, resultando num fluxo crescente de informação sobre os ataques terroristas, a situação humanitária, os desastres naturais e o impacto económico sobre a população de Cabo Delgado – triplamente violentada. Ainda assim, em termos de abertura, a situação da imprensa local permanece por resolver. As autoridades locais continuam a tratar como segredo aquilo que já foi reportado internacionalmente.

Neste novo ciclo governativo, é importante que as entidades estatais de defesa e segurança compreendam que a sua finalidade primordial é garantir a defesa dos direitos universais dos cidadãos no território

de Moçambique e que não devem usar a lei como arma. É fundamental e urgente que implementem, à risca, todo o quadro legal vigente no país. Por exemplo, a Lei da Manifestação não determina que a polícia deva autorizar o protesto: cabe-lhe apenas tomar conhecimento da sua realização e colocar os meios necessários à disposição para garantir que não ocorram excessos e que a normalidade não seja afetada. Caso se verifiquem excessos por parte dos manifestantes, a intervenção deve ocorrer dentro do respeito pelos direitos humanos, e não como se qualquer manifestação pusesse em causa a integridade territorial, a soberania do Estado e a continuidade no poder da FRELIMO. Excessos desta natureza agravam um clima de segurança pública já precário e caótico, propiciando a ocorrência de episódios cíclicos de violência contra o Estado. Insistir nesta abordagem deteriora as relações entre o poder e a sociedade, circunstância que pode ser aproveitada por grupos e interesses marginais para ocupar o espaço que o Estado vai perdendo.

O Estado é, assim, responsável pelo agravamento dos índices democráticos ao cercear direitos que constitucionalmente consagrou: o direito à liberdade de expressão e de opinião, o direito à manifestação e à livre circulação. Muitas vezes, os seus oponentes, civis ou armados, usam esta violência enraizada como justificação para o confrontarem, procurando, nas incapacidades do Estado, alguma da sua legitimidade. Hoje, quase oito anos passados após o início da insurgência extremista e jihadista, nenhum jornalista baseado em Cabo Delgado se sente seguro para reportar sozinho nas zonas de conflito, exceto quando integrado em missões governamentais. Tal situação põe em causa a liberdade de imprensa.